



01

I - RECEBIDO;  
II - PROTOCOLE-SE;  
III - Publique-se  
para conhecimento  
dos Srs. Deputados;  
IV - A DL para providências  
Em 23/02/11

PROPOSIÇÃO Nº 005/2011

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO ESTADUAL

- PEC 004

**SÚMULA** – Altera o Art. 173 e a denominação do CAPÍTULO VIII da Constituição Estadual do Paraná e acrescenta-lhe artigos, no que especifica.

RESIDENTE

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do Art. 64 da Constituição do Estado do Paraná, promulga a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º - O Art. 173 da Constituição Estadual do Paraná passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 173. O Estado e os Municípios assegurarão, no âmbito de suas competências, a proteção e a assistência à família, especialmente à maternidade, à infância, à adolescência, à juventude e à velhice, bem como a educação do excepcional, na forma da Constituição Federal.”

Art. 2º - O CAPÍTULO VIII da Constituição Estadual do Paraná passa a vigorar com a seguinte redação:


## “CAPÍTULO VIII

Da Família, da Mulher, da Criança, do Adolescente, do Jovem e do Idoso”

Art. 3º - É acrescentado à Constituição Estadual do Paraná o Art. 225-A, com a seguinte redação:

“Art. 225-A. O Estado protegerá os direitos econômicos, sociais e culturais dos jovens, mediante políticas específicas, visando a assegurar-lhes:

- a) formação profissional e o desenvolvimento da cultura;
- b) acesso ao primeiro emprego e à habitação;
- c) lazer;

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA PARANÁ
PROTOCOLO Nº 4005
EM 23/02/11

FUNCIÓARIO





# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete do Deputado Prof: Lemos

d) segurança social.

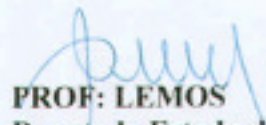
**Parágrafo Único.** As diretrizes das políticas a que se refere o *caput* deste artigo serão asseguradas pelo Estatuto da Juventude e pelo Plano Estadual da Juventude, instituídos por lei, sem prejuízo do disposto na Lei nº 8.069, de 12 de julho de 1990 e dos demais diplomas legais pertinentes”.

Art. 4º - É acrescentado à Constituição Estadual do Paraná o Art. 225-B, com a seguinte redação:

“Art. 225-B. O Conselho Estadual da Juventude, órgão colegiado de caráter consultivo, deliberativo e fiscalizador, instituído por lei, tem por objetivo elaborar, propor e fiscalizar as políticas públicas sobre a proteção dos direitos econômicos, sociais e culturais da juventude.”

Art. 5º - Esta Emenda à Constituição entra em vigor na data de sua publicação.

Sessão das Sessões, 21 de fevereiro de 2011.

  
PROF: LEMOS  
Deputado Estadual

APOIAMENTO

PARLAMENTAR

ASSINATURA

PARLAMENTAR

ASSINATURA

2

3



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury

Gabinete do Deputado Prof: Lemos

PARLAMENTAR

ASSINATURA

PARLAMENTAR

ASSINATURA

PARLAMENTAR

ASSINATURA

PARLAMENTAR

ASSINATURA

PARLAMENTAR

ASSINATURA

PARLAMENTAR

ASSINATURA

PARLAMENTAR

ASSINATURA

PARLAMENTAR

ASSINATURA

4

5

6

7

8

9

10

11





# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury

## Gabinete do Deputado Prof: Lemos

PARLAMENTAR

Augusto Zuca 12

ASSINATURA

PARLAMENTAR

Pastor Edson Praczyk 13

ASSINATURA

PARLAMENTAR

Gilberto Ribeiro 14

ASSINATURA

PARLAMENTAR

Luciana Rios 15

ASSINATURA

PARLAMENTAR

Domínio Wondschew 16

ASSINATURA

PARLAMENTAR

Valdyr Rugliosi 17

ASSINATURA

PARLAMENTAR

Gilberto B. Markin 18

ASSINATURA

PARLAMENTAR

Enio José Verra 19

ASSINATURA





# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete do Deputado Prof. Lemos

PARLAMENTAR

LEONILDO LACORTES DA SILVA 20

ASSINATURA

PARLAMENTAR

17 Aníbal 21

ASSINATURA

Rafael RODRIGUES

PARLAMENTAR

HERMAS JR 22

ASSINATURA

PARLAMENTAR

23

ASSINATURA

Alexandre Curi

PARLAMENTAR

24

ASSINATURA

PARLAMENTAR

25

ASSINATURA

PARLAMENTAR

26

ASSINATURA

PARLAMENTAR

27

ASSINATURA

TERUO KATO



Gabinete do Deputado Prof: Lemos

PARLAMENTAR FABIO CAMARGO 28

ASSINATURA [Signature]

PARLAMENTAR \_\_\_\_\_

ASSINATURA \_\_\_\_\_





**JUSTIFICATIVA**

A "Constituição Cidadã," assim denominada a Carta Magna do país promulgada em 1988, trouxe inúmeros avanços para a legislação brasileira sem deixar, no entanto, algumas lacunas decorrentes tanto da correlação de forças daquele período quanto da incipiência da discussão de algumas matérias naquele momento histórico. Da mesma forma, a maioria dos textos constitucionais dos estados não avançou em algumas questões.

Dentre os diversos temas que hoje tomam relevância no cenário político do país está a questão da juventude, seja pelo aprofundamento das discussões referentes à compreensão dessa faixa etária, seja pelas demandas que pressionam o poder público no atendimento de políticas públicas específicas ao atendimento da população entre 15 e 29 anos.

Dados do Mapa da Violência, elaborado pela UNESCO, em parceria com o governo brasileiro e o Instituto Ayrton Senna, em sua sexta edição, publicada no final de 2006, ao analisar a relação entre juventude, violência e cidadania, reafirma que "os jovens brasileiros, particularmente, dos 15 aos 24 anos, são a parcela da sociedade que está mais exposta à violência, quer como vítimas, quer como agentes".

Resultado semelhante foi colhido pelo Mapa de Violência dos Municípios Brasileiros, da Organização dos Estados Ibero-Americanos (OEI) em parceria com o Ministério da Saúde, com base em dados dos anos de 2002 a 2004, divulgado no final do mês de fevereiro de 2007: "O Brasil é líder mundial em morte de jovens (15 a 24 anos) por arma de fogo, com taxa de 43,1 assassinatos para cada 100 mil pessoas. Da faixa de 14 a 17, houve um crescimento de 63% na taxa de homicídios entre 1994 e 2004. No mesmo período, a faixa de 20 a 24 anos teve um crescimento de 36%, chegando ao patamar mais alto de todas as faixas etárias: 64,9 assassinatos para cada 100 mil pessoas".

Os dados do IBGE, do IPEA, da UNICAMP e de outros institutos oficiais demonstram que a concentração de renda e de riqueza, produtoras da pobreza e da miséria, faz com que a população juvenil tenha que procurar ingressar no mercado de trabalho cada vez mais cedo, mas paradoxalmente, não possuem qualificação educacional necessária e nem experiência, o que os leva a integrar o rol de quase 50% dos desempregados oficiais no país.

Esses exemplos são suficientes a demonstrar a necessidade da implantação de diversas políticas públicas para as juventudes urbanas e rurais; dos centros, periferias e favelas; brancas, negras e índias; masculinas e femininas; estudantes, trabalhadoras, desempregadas, etc., com o objetivo de transformar essa realidade, seja para afastá-los da violência e da criminalidade, seja para garantir os seus direitos humanos econômicos, sociais e culturais, como alimentação, educação, saúde, esporte, moradia e saneamento, cultura, trabalho e lazer, entre outros.

Nesta década, principalmente no Governo do Presidente Lula, ocorreram algumas conquistas importantes para a juventude, como a criação de espaços





governamentais (Secretaria Nacional da Juventude vinculada à Presidência da República e o Conselho Nacional da Juventude). A implementação de políticas públicas direcionadas aos jovens (Pró Jovem, Primeiro Emprego, Prouni, etc.), são necessárias, porém, faz-se imperativo avançar sempre, para garantir aos jovens condições para se desenvolver com dignidade. Novas, específicas, inclusivas e diferenciadas políticas são essenciais para dar conta da quantidade da população juvenil, a maior geração desde o "descobrimento" do Brasil.

No Congresso Nacional, onde já funciona uma Frente Parlamentar em Defesa das Políticas Públicas de Juventude, tramitam atualmente diversos projetos direcionados aos jovens, dentre os quais, o Projeto de Lei 4.530/2004, que cria o Plano Nacional de Juventude, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 138/2003, que trata da proteção dos direitos econômicos, sociais e culturais da juventude e o Projeto de Lei 27/2007, que cria o Estatuto da Juventude.

A presente Proposta de Emenda à Constituição Estadual vem ao encontro desta necessidade de ampliarmos, através do texto legal, os instrumentos de definição, execução e controle de políticas públicas que assegurem a proteção dos direitos econômicos, sociais e culturais da juventude, em consonância com as discussões e mudanças no ordenamento jurídico em nível nacional e internacional.

O Congresso Nacional já aprovou em primeiro turno alterações na Constituição Federal da mesma natureza da presente PEC, bem como o país já é signatário de compromissos internacionais que se comprometem com garantias individuais e coletivas dos jovens conforme estabelece a Convenção Ibero-americana de Direitos da Juventude.

Acrescente-se a isso, iniciativas do poder executivo estadual que já conta com estruturas institucionais que executam algumas políticas específicas à juventude, como a Secretaria de Estado da Criança e Juventude – SECJ do Governo do Paraná, bem como outras Secretarias. Destacamos, entre outras ações importantes, a realização da 1ª Conferência Estadual de Políticas Públicas para Juventude.

Neste sentido, a apreciação e aprovação da Proposta de Emenda à Constituição Estadual ora apresentada é de relevante importância para o avanço e consolidação das políticas públicas que assegurem os direitos da população jovem paranaense.



**ATO DA COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS Nº 001/2011**

- Dispõe sobre o Ato da Mesa Executiva de nº 1.631/2009, que fixa o valor da indenização por quilômetro rodado da Cota Transporte.

A Comissão de Tomada de Contas da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Para fins do quanto disposto no Ato da Mesa Executiva de nº 1.631/2009 da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, art. 2º, são categorias de indenização da Cota Transporte os veículos enquadrados na seguinte forma: Intermediário (A); Executivo (B) e Utilitário (C).

**§ 1º** Na categoria Intermediário (A), veículos com potência inferior a 120 cv.

**§ 2º** Na categoria Executivo (B), veículos com potência entre 120 e 165 cv.

**§ 3º** Na categoria Utilitário (C), veículos com potência superior a 165 cv.

**Art. 2º** Este Ato entrará em vigor em 01 de fevereiro de 2011.

Sala de Reuniões, em 01 de fevereiro de 2011

**DEPUTADO DULIO GENARI**  
Presidente da Comissão de Tomada de Contas

**JUSTIFICATIVA:**

A presente iniciativa tem por escopo estabelecer os parâmetros para enquadramento dos veículos, possibilitando o recabimento da Cota Transporte, determinada por Ato da Mesa Executiva.

**Proposição**

**PROPOSIÇÃO Nº 005/11**

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO – PEC**

- **SÍNTESE:** Altera o Art. 173 e a denominação do CAPÍTULO VIII da Constituição Estadual do Paraná e acrescenta-lhe artigos, no que especifica.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do Art. 64 da Constituição do Estado do Paraná, promulga a seguinte Emenda ao texto constitucional:

**Art. 1º** O Art. 173 da Constituição Estadual do Paraná passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 173. O Estado e os Municípios assegurarão, no âmbito de suas competências, a proteção e a assistência à família, especialmente à maternidade, à infância, à adolescência, à juventude e à velhice, bem como a educação do excepcional, na forma da Constituição Federal."

**Art. 2º** O Capítulo VIII, da Constituição Estadual do Paraná passa a vigorar com a seguinte redação:

**"CAPÍTULO VIII**

**Da Família, da Mulher, da Criança, do Adolescente, do Jovem e do Idoso"**

**Art. 3º.** É acrescentado à Constituição Estadual do Paraná o Art. 225-A, com a seguinte redação:

"Art. 225-A. O Estado protegerá os direitos econômicos, sociais e culturais dos jovens, mediante políticas específicas, visando a assegurar-lhes:

- a) formação profissional e o desenvolvimento da cultura;
- b) acesso ao primeiro emprego e à habitação;

c) lazer;

d) segurança social.

**Parágrafo Único.** As diretrizes das políticas a que se refere o caput deste artigo serão asseguradas pelo Estatuto da Juventude e pelo Plano Estadual da Juventude, instituídos por lei, sem prejuízo do disposto na Lei nº 8.069, de 12 de julho de 1990 e dos demais diplomas legais pertinentes."

**Art. 4º** - É acrescentado à Constituição Estadual do Paraná o Art. 225-B, com a seguinte redação:

"Art. 225-B. O Conselho Estadual da Juventude, órgão colegiado de caráter consultivo, deliberativo e fiscalizador, instituído por lei, tem por objetivo elaborar, propor e fiscalizar as políticas públicas sobre a proteção dos direitos econômicos, sociais e culturais da juventude."

**Art. 5º** Esta Emenda à Constituição entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 28 de fevereiro de 2011.

**PROFESSOR LEMOS**  
Deputado Estadual

**JUSTIFICATIVA**

A "Constituição Cidadã," assim denominada a Carta Magna do país promulgada em 1988, trouxe inúmeros avanços para a legislação brasileira sem deixar, no entanto, algumas lacunas decorrentes tanto da correlação de forças daquele período quanto da inopetência da discussão de algumas matérias naquele momento histórico. Da mesma forma, a maioria dos textos constitucionais dos estados não avança em algumas questões.

Dentre os diversos temas que hoje tornam-se relevantes no cenário político do país está a questão da juventude, seja pelo aprofundamento das discussões referentes a compreensão dessa faixa etária, seja pelas demandas que pressionam o poder público ao atendimento de políticas públicas específicas ao atendimento da população entre 15 e 29 anos.

Dados do Mapa da Violência, elaborado pela UNESCO, em parceria com o governo brasileiro e o Instituto Ayrton Senna, em sua sexta edição, publicada no final de 2006, ao analisar a relação entre juventude, violência e cidadania, afirma que "os jovens brasileiros, particularmente, dos 15 aos 24 anos, são a parcela da sociedade que está mais exposta à violência, quer como vítimas, quer como agentes".

Resultado semelhante foi colhido pelo Mapa de Violência dos Municípios Brasileiros, da Organização dos Estados Ibero-Americanos (OEI) em parceria com o Ministério da Saúde, com base em dados dos anos de 2002 a 2004, divulgado no final do mês de fevereiro de 2007. "O Brasil é líder mundial em morte de jovens (15 a 24 anos) por arma de fogo, com taxa de 43,1 assassinatos para cada 100 mil pessoas. Da faixa de 14 a 17, houve um crescimento de 61% na taxa de homicídios entre 1994 e 2004. No mesmo período, a faixa de 20 a 24 anos teve um crescimento de 36%, chegando ao patamar mais alto de todas as faixas etárias: 64,9 assassinatos para cada 100 mil pessoas".

Os dados do IBGE, do IPEA, da UNICAMP e de outros institutos oficiais demonstram que a concentração de renda e de riqueza, produtoras da pobreza e da miséria, faz com que a população juvenil tenha que procurar ingressar no mercado de trabalho cada vez mais cedo, mas, paradoxalmente, não possuem qualificação educacional necessária e nem experiência, o que os leva a integrar o rol de quase 50% das desempregados oficiais no país.

Esses exemplos são suficientes a demonstrar a necessidade da implantação de diversas políticas públicas para as juventudes urbanas e rurais: dos centros, periferias e favelas; brancas, negras e índias; masculinas e femininas; estudantes, trabalhadores, desempregados, etc., com o objetivo de



transformar essa realidade, seja para afastá-los da violência e da criminalidade, seja para garantir os seus direitos humanos econômicos, sociais e culturais, como alimentação, educação, saúde, esporte, moradia e saneamento, cultura, trabalho e lazer, entre outros.

Nesta década, principalmente no Governo do Presidente Lula, ocorreram algumas conquistas importantes para a juventude, como a criação de espaços governamentais (Secretaria Nacional da Juventude vinculada à Presidência da República e o Conselho Nacional da Juventude). A implementação de políticas públicas direcionadas aos jovens (Pó-Jovem, Primeiro Emprego, Proim, etc.), são necessárias, porém, faz-se imperativo avançar sempre, para garantir aos jovens condições para se desenvolver com dignidade. Novas, específicas, inclusivas e diferenciadas políticas são essenciais para dar conta da quantidade da população juvenil, a maior geração desde o "descobrimento" do Brasil.

No Congresso Nacional, onde já funciona uma Frente Parlamentar em Defesa das Políticas Públicas de Juventude, transitam atualmente diversos projetos direcionados aos jovens, dentre os quais, o Projeto de Lei 4.530/2004, que cria o Plano Nacional de Juventude, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 138/2003, que trata da proteção dos direitos econômicos, sociais e culturais da juventude e o Projeto de Lei 27/2007, que cria o Estatuto da Juventude.

A presente Proposta de Emenda à Constituição Estadual vem ao encontro desta necessidade de ampliarmos, através do texto legal, os instrumentos de definição, execução e controle de políticas públicas que assegurem a proteção dos direitos econômicos, sociais e culturais da juventude, em consonância com as discussões e mudanças no ordenamento jurídico em nível nacional e internacional.

O Congresso Nacional já aprovou em primeiro turno alterações na Constituição Federal da mesma natureza da presente PEC, bem como o país já é signatário de compromissos internacionais que se comprometem com garantias individuais e coletivas dos jovens conforme estabelece a Convenção Ibero-americana de Direitos da Juventude.

Acrescente-se a isso, iniciativas do poder executivo estadual que já conta com estruturas institucionais que executam algumas políticas específicas à juventude, como a Secretaria de Estado da Criança e Juventude – SECJ do Governo do Paraná, bem como outras Secretarias. Destacamos, entre outras ações importantes, a realização da 1ª Conferência Estadual de Políticas Públicas para Juventude.

Neste sentido, a apreciação e aprovação da Proposta de Emenda à Constituição Estadual ora apresentada é de relevante importância para o avanço e consolidação das políticas públicas que assegurem os direitos da população jovem paranaense.

## O Diário Oficial de sempre.



Agora o Diário Oficial está em versão

# 100% DIGITAL



As principais notícias do  
dia-a-dia administrativo  
do Paraná agora 100% na internet,  
com cara do seu tempo.

Ao substituir o papel  
pelo meio digital, modernidade, agilidade,  
e segurança na informação  
estão disponíveis  
gratuitamente a  
população do Paraná.

Acesse

[www.dioe.pr.gov.br](http://www.dioe.pr.gov.br)

**Informação no tempo certo.**



## Processo Legislativo

### Comissão Executiva

#### ATO DO PRESIDENTE Nº 013/2011

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 20, Inc. XXXII, do Regimento Interno e, em face do contido no Art. 191, do Regimento Interno e do Memorando nº 234/2011-DL, lido no Expediente da Sessão Plenária do dia 31 de maio de 2011,

**DECLARA**

1. Constituída a Comissão Especial, com a finalidade de opinar quanto a Proposta de Emenda Constitucional nº 87/2011, de autoria dos Deputados Evandro Junior, Valdir Rossoni e Raulo Rodrigues, Protocolada sob o nº 3218/DAP e autuada na Diretoria Legislativa como Proposição nº 12/2011, cujos trabalhos deverão ser dar com observância das disposições contidas no Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

2. Segundo indicação dos respectivos Líderes a Comissão Especial será integrada pelos Deputados Caio Quintana (PMDB), titular e Aníbel Neto (PMDB), suplente; Evandro Junior (PSDB), titular e Mauro Moraes (PSDB), suplente; Pedro Lupion (DEM), titular e Nelson Justus (DEM), suplente; Tadeu Veneri (PT), titular e Toninho Wandscheer (PT), suplente, e César Silvestri Filho (PPS), titular e Doutor Barista (PMN), suplente.

Sala da Presidência em 21 de junho de 2011.

DEPUTADO VALDIR ROSSONI

Presidente

#### ATO DO PRESIDENTE Nº 014/2011

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 20, Inc. XXXII, do Regimento Interno e, em face do contido no Art. 191, do Regimento Interno e do Memorando nº 225/2011-DL, lido no Expediente da Sessão Plenária do dia 31 de maio de 2011,

**DECLARA**

1. Constituída a Comissão Especial, com a finalidade de opinar quanto a Proposta de Emenda Constitucional nº 84/2011, de autoria do Deputado Professor Lemos, Protocolada sob o nº 508/DAP e autuada na Diretoria Legislativa como Proposição nº 05/2011, cujos trabalhos deverão ser dar com observância das disposições contidas no Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

2. Segundo indicação dos respectivos Líderes a Comissão Especial será integrada pelos Deputados Aníbel Neto (PMDB), titular e Luiz Eduardo Chelida (PMDB), suplente; Mara Lima (PSDB), titular e Rose Litro (PSDB), suplente; Pedro Lupion (DEM), titular e Nelson Justus (DEM), suplente; Péricles de Mello (PT), titular e Elton Welter (PT), suplente, e Ney Leprevost (PPL), titular e Raulo Rodrigues (PV), suplente.

Sala da Presidência em 21 de junho de 2011.

DEPUTADO VALDIR ROSSONI

Presidente

#### ATO DO PRESIDENTE Nº 015/2011

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 20, Inc. XXXII, do Regimento Interno e, em face do contido no Art. 191, do Regimento Interno e do Memorando nº 226/2011-DL, lido no Expediente da Sessão Plenária do dia 31 de maio de 2011,

**DECLARA**

1. Constituída a Comissão Especial, com a finalidade de opinar quanto a Proposta de Emenda Constitucional nº 85/2011, de autoria do Deputado Luiz Eduardo Chelida, Protocolada sob o nº 516/DAP e autuada na Diretoria Legislativa como Proposição nº 06/2011, cujos trabalhos deverão ser dar com observância das disposições contidas no Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

2. Segundo indicação dos respectivos Líderes a Comissão Especial será integrada pelos Deputados Luiz Eduardo Chelida (PMDB), titular e Stephanes Junior (PMDB), suplente; Rose "Litro" (PSDB), titular e Camila Mara Lima (PSDB), suplente; Pedro Lupion (DEM), titular e Nelson Justus (DEM), suplente; Elton Welter (PT), titular e Prof. Lemos (PT), suplente, e Roberto Acioli (PV), titular e Adeline Ribeiro (PSL), suplente.

Sala da Presidência em 21 de junho de 2011.

DEPUTADO VALDIR ROSSONI

Presidente





ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1273/2011

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições regimentais, com base no que dispõe a Lei Estadual nº 16.390, de 02 de fevereiro de 2010:

RESOLVE:

Revogar os Atos 1253/11 e 1254/11 e manter a lotação anterior do servidor **MARCUS VINICIUS PENTEADO**, matrícula 7898, portador do RG 1.268.343-7, no cargo em Comissão de simbologia G4.

PALÁCIO "DEZENOVE DE DEZEMBRO", 24 de outubro de 2011

**VALDIR ROSSONI**  
Presidente

**PLAUTO MIRÓ**  
1º Secretário

**RENI PEREIRA**  
2º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1274/2011

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições regimentais, com base no que dispõe o Ato da Comissão Executiva nº 1112/2011,

RESOLVE:

Reservar, de forma exclusiva, 10% (dez por cento) da margem consignável em folha de pagamento dos servidores públicos do Poder Legislativo, para a amortização de empréstimos efetuados por intermédio de cartões de benefícios ou de créditos, sendo que os 30% (trinta por cento) restantes, serão destinados para as demais consignações facultativas, daí incluindo empréstimos pessoais e financeiros.

PALÁCIO "DEZENOVE DE DEZEMBRO", 24 de outubro de 2011

**VALDIR ROSSONI**  
Presidente

**PLAUTO MIRÓ**  
1º Secretário

**RENI PEREIRA**  
2º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1275/2011

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições regimentais, com base no que dispõe a Lei Estadual nº 16.390, de 02 de fevereiro de 2010, e tendo em vista o contido no processo protocolado sob o nº 18473 de 24 de outubro de 2011:

RESOLVE:

Exonerar, a pedido, **ADIGLE DE ANDRADE ADAMCZYK**, matrícula 005271, portadora do RG 0003990124-2, do cargo em Comissão de simbologia G5, junto ao gabinete da COORDENADORIA DE DIVULGAÇÃO, a partir de 24 de outubro de 2011.

PALÁCIO "DEZENOVE DE DEZEMBRO", 25 de outubro de 2011

**VALDIR ROSSONI**  
Presidente

**PLAUTO MIRÓ**  
1º Secretário

**RENI PEREIRA**  
2º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1276/2011

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições regimentais, com base no que dispõe a Lei Estadual nº 16.390, de 02 de fevereiro de 2010 e tendo em vista o contido no processo protocolado sob o nº 17472 de 29 de setembro de 2011:

RESOLVE:

Revogar o Ato 088/11 que proveu o servidor **MAURO VIDAL MARON**, matrícula 10.276, portador do RG 3.225.092-0, no cargo em comissão, por constatar-se a nulidade decorrente da formação do ato.

PALÁCIO "DEZENOVE DE DEZEMBRO", 24 de outubro de 2011

**VALDIR ROSSONI**  
Presidente

**PLAUTO MIRÓ**  
1º Secretário

**RENI PEREIRA**  
2º Secretário

210542011

## Processo Legislativo

### Comissões Especiais

#### COMISSÃO ESPECIAL DE REFORMA DA CONSTITUIÇÃO PEC 04 - ATA DE INSTALAÇÃO

Aos 03 (três) dias do mês de outubro do ano de dois mil e onze, no Gabinete da Presidência e sob a presidência do **Deputado Valdir Rossini**, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, reuniram-se os membros da Comissão Especial, indicados pelas lideranças, que irão opinar sobre a **Proposta de Emenda Constitucional nº 04/2011 - Proposição nº 05/2011**, de autoria do **Deputado Prof. Lemos**, com o fim específico de proceder sua instalação e a escolha de seu Presidente. Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declarou instalada a Comissão. Ao passar para a eleição, o Presidente da Assembleia, esclareceu que havia a indicação do **Deputado Aníbelli Neto**, para presidir a Comissão e do **Deputado Péricles de Mello**, para a relatoria, indagando se não haveriam outros interessados. Não havendo manifestação em contrário, o **Deputado Aníbelli Neto**, foi declarado eleito Presidente da Comissão, ficando aprovado o nome do **Deputado Péricles de Mello** para relatar a matéria. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu,

(Mauro Ribeiro Borges), Diretor Legislativo, lavrei a presente ata que, após lida e aprovada, segue assinada pelo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná e pelos demais membros da Comissão, para que produza os efeitos legais.

**Aníbelli Neto**  
Deputado

**Mara Lima**  
Deputado

**Ney Leprevost**  
Deputado

**Péricles de Mello**  
Deputado

**Pedro Lupion**  
Deputado

**Valdir Rossini**  
Presidente

210522011

### Comissões Permanentes

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EXTRATO DA ATA Nº 32 - 17ª LEGISLATURA Transmissão de Projetos

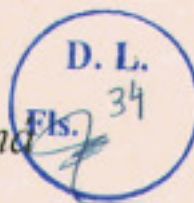
Sessão Ordinária do dia 25 de Outubro de 2011

Deputados Presentes: Nelson Justus, Caio Quiniana, Pastor Edson Praczyk,





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
**Comissão Especial de Reforma da Constituição**



**PARECER À PROPOSIÇÃO Nº 05/2011 – PEC 04/2011**

**Proposição nº. 05/2011**

**Autoria: Dep. Professor Lemos**

**Súmula:** Altera o Art. 173 e a denominação do Capítulo VIII da Constituição Estadual do Paraná e acrescenta-lhe artigos, no que especifica.

**1 – PREÂMBULO**

A presente Proposta de Emenda à Constituição Estadual, intitulada Proposição 05/2011, de autoria do nobre Deputado Professor Lemos, tem por objetivo alterar alguns dispositivos do seu texto, visando dar maior proteção e assistência à juventude.

Pretende incluir a proteção à juventude entre as garantias do artigo 173 de nossa Constituição, que já prevê em seu texto atual a obrigação do Estado e dos Municípios em assegurar a proteção e a assistência à família, especialmente à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice.

Da mesma forma, almeja incluir a palavra “jovem” no cabeçalho do Capítulo VIII da Constituição, que trata atualmente “Da Família, Da Mulher, Da Criança, Do Adolescente E Do Idoso” e acrescentar a ela o artigo 225-A, que dispõe sobre a obrigatoriedade do Estado proteger os direitos econômicos, sociais e culturais dos jovens, visando assegurar formação profissional, desenvolvimento da cultura, acesso ao primeiro emprego e à habitação, lazer e segurança social, além do artigo 225-B, que trata da criação e atribuições do “Conselho Estadual da Juventude”.





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão Especial de Reforma da Constituição*



## 2 – LEGITIMIDADE

A Constituição do Estado do Paraná estabelece, em seu artigo 64, os casos em que a Constituição poderá ser emendada:

### SUBSEÇÃO II

#### DA EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Art. 64. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:

I - de um terço, no mínimo, dos membros da Assembléia Legislativa;

II - do Governador do Estado;

III - de um terço das Câmaras Municipais do Estado, manifestando-se cada uma delas pela maioria relativa de seus membros.

§ 1º A Constituição não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal no Estado, estado de defesa ou estado de sítio.

§ 2º A proposta será discutida e votada em dois turnos, considerando-se a mesma aprovada quando obtiver, em ambas as votações, o voto favorável de três quintos dos membros da Assembléia Legislativa.

§ 3º A emenda à Constituição será promulgada pela Mesa da Assembléia Legislativa, com o respectivo número de ordem.

§ 4º A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.

§ 5º Será nominal a votação de emenda à Constituição. (grifos nossos)

Como podemos ver, a Constituição Estadual poderá ser emendada mediante proposta de, no mínimo, um terço dos Membros da Assembleia Legislativa, desde que não esteja na vigência de intervenção federal, estado de defesa ou de sítio.

A Proposição apresentada pelo nobre Deputado Professor Lemos recebeu o apoio exigido pelo artigo supracitado, ou seja, 28 (vinte e oito) Deputados assinaram a proposição apoiando a iniciativa do autor. Além disso, cabe ressaltar que atualmente o Estado do Paraná não encontra-se na vigência de intervenção federal, estado de defesa ou estado de sítio, restando claro que obedeceu à previsão Constitucional.





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
**Comissão Especial de Reforma da Constituição**



Cabe observar que o Regimento Interno da Assembleia Legislativa determina a constituição de uma Comissão Especial, composta de cinco membros, para opinar sobre a proposta e as emendas oferecidas:

**Art. 191** A Assembleia constituirá Comissão Especial composta de cinco Membros para, no prazo de vinte dias, opinar sobre a proposta e as emendas oferecidas no prazo do artigo anterior.

Uma vez que a proposição não recebeu, até o presente momento, nenhuma emenda e, garantida a legitimidade da apresentação de tal emenda, passamos à análise dos fundamentos da proposta.

### **3 – FUNDAMENTAÇÃO**

Como já citado na justificativa da proposição em tela, observamos que tanto a Constituição Federal como a Constituição Estadual, na época em que foram promulgadas, trouxeram inúmeros avanços na legislação no sentido de proteger as parcelas mais frágeis da população, como a família, a mulher, a criança, o adolescente e o idoso.

Cabe observar que tais normas tratam com uma maior cautela as parcelas da população supracitadas, mas não abordam em nenhum momento uma atenção especial no que se refere à juventude. Isso é consequência da correlação de forças políticas da época da Assembleia Nacional Constituinte, bem como do Poder Constituinte Derivado Decorrente (Poder Constituinte Estadual).

De todo modo, nada impede que tanto a Constituição Federal, como a Constituição do Estado do Paraná sejam reformadas,





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
**Comissão Especial de Reforma da Constituição**



para a inserção da juventude como grupo de especial proteção constitucional, tal como ocorre com as crianças, adolescentes e idosos. Ou seja, essa reforma visa a ampliar as garantias constitucionais, o que se coaduna, perfeitamente, com a essência de nosso texto constitucional.

Aliás, isso não apenas se compatibiliza, perfeitamente, com o texto constitucional, como também se mostra rigorosamente necessário, na medida em que, nos tempos atuais, os jovens sofrem com o absoluto desamparo do Poder Público, sendo vítimas da criminalidade, aí incluído o grave problema referente às drogas, além da dificuldade da inserção dessa coletividade no mercado de trabalho. A população entre 15 e 29 anos é a que mais sofre com a falta de formação profissional e acesso à cultura e ao lazer, realidade especialmente cruel nas periferias. Além disso, nessa faixa etária se encontra os piores índices de desemprego, evasão escolar e mortes por homicídio, além de problemas relativos à sexualidade, ao abuso de drogas e ao envolvimento com a criminalidade.

Esses jovens vivenciam, diariamente, conflitos inerentes à transição da adolescência para a vida adulta, enfrentando, na maior parte dos casos, a saída da escola e da casa dos pais, a procura do primeiro emprego, a prestação do serviço militar, o casamento e a constituição de uma nova família. Passam de um momento em que eram acompanhados pela sociedade e pela família para uma nova fase, onde muitas vezes, por estarem desprovidos do conhecimento sobre seus direitos, deveres, capacidades, importância e papel social, deixam de lado sua atuação política e social e até mesmo seu projeto de vida, não contribuindo para realização de ações transformadoras que possam refletir na sua futura realização pessoal.





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
**Comissão Especial de Reforma da Constituição**



A proposta em análise vem justamente no sentido de que as autoridades direcionem um cuidado maior a essa parcela da população, que atualmente, dá mesma forma que as outras já apontadas na Constituição Estadual e Federal, necessitam de um maior cuidado e atenção. Ela reconhece a juventude como um grupo que merece atenção especial, abrindo caminho para que se garanta a representação de seus interesses em nossa sociedade, buscando construir um cenário propício à oferta dos estímulos necessários para o a ascensão da juventude.

Oportuno ressaltar que uma proposta semelhante foi aprovada no Congresso Nacional e publicada com o título de Emenda Constitucional nº 65, de 13 de julho de 2010. Tal emenda visa justamente incluir os interesses da juventude no texto constitucional, assegurando uma proteção especial por parte do Estado e da família ao jovem, estendendo os direitos garantidos às crianças e adolescentes.

#### **4 – CONCLUSÃO**

Diante do exposto, no que se refere ao objeto da análise desta Comissão, não encontramos qualquer óbice que possa impedir o normal prosseguimento da Proposição nesta Casa.

Desta forma, o parecer desta Comissão é **FAVORÁVEL** à continuidade de sua tramitação, razão pela qual somos pela **APROVAÇÃO** da presente Proposição.

Sala das Comissões, 08 de novembro de 2011.



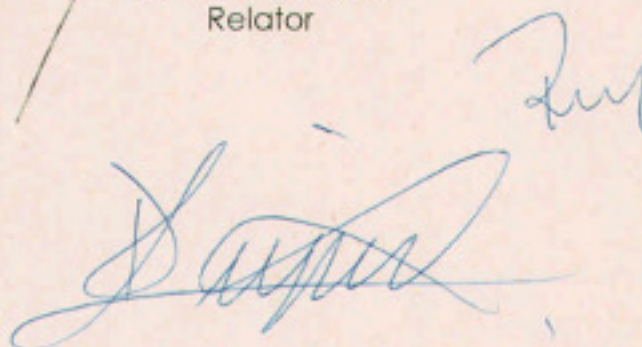


*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
**Comissão Especial de Reforma da Constituição**

D. L.  
Fls. 39

  
**ANTONIO ANIBELLI NETO**  
Presidente

  
**PÉRICLES DE MELLO**  
Relator







se o Poder Legislativo tinha ou não prerrogativa de solicitar essa reversão. Inclusive foi até motivo de um brilhante estudo dos assessores desta Casa, deste Poder. Esta é a razão, devido à morosidade, entendem este Parlamentar que agora esta proposta perde o objeto, perde o sentido uma vez que o Governador, compreendendo o clamor da cidade de Quêdos do Iguaçu, fez a mensagem e aí alcançamos o objetivo desejado. Muito obrigado!”

**SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rossoni - PSDB):** “ITEM 21 - 1ª Discussão do Projeto de Lei nº 766/11, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 058/11, que autoriza o Poder Executivo a efetuar a cessão de uso ao município de Realeza, do imóvel denominado Lote nº 14 da Quadra nº 93. Com pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Fiscalização e Assuntos Municipais e Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação. Em discussão. Em votação. Trinta e cinco Srs. Deputados votaram favoráveis. Aprovado.”

**ITEM 22 - 1ª Discussão do Projeto de Lei nº 767/11, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 053/11, que autoriza o Poder Executivo a efetuar a cessão de uso, ao município de Realeza, do imóvel denominado Parte “A” - Praça da Justiça. Com pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Fiscalização e Assuntos Municipais e Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação. Em discussão. Em votação. Trinta e sete Srs. Deputados votaram favoráveis. Aprovado.”**

**ITEM 23 - 1ª Discussão do Projeto de Lei nº 768/11, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 037/11, que autoriza o Poder Executivo a efetuar a cessão de uso do imóvel especificado, ao Conselho Intermunicipal de Saúde, com sede no município de Umuarama. Com pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Fiscalização e Assuntos Municipais e Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação. Em discussão. Em votação. Trinta e oito Srs. Deputados votaram favoráveis. Aprovado.”**

**ITEM 24 - 1ª Discussão do Projeto de Lei nº 770/11, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 042/11, que autoriza o Poder Executivo a efetuar a cessão de uso ao município de Campina Grande do Sul, do imóvel que especifica. Com pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Fiscalização e Assuntos Municipais e Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação. Em discussão. Em votação. Quarenta Srs. Deputados votaram favoráveis. Aprovado.”**

**ITEM 25 - 1ª Discussão do Projeto de Lei nº 771/11, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 043/11, que autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação ao município de Patozão, do imóvel formado pela Duta nº 13, Quadra nº 29. Com pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Fiscalização e Assuntos Municipais e Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação. Em discussão. Em votação. Trinta e oito Srs. Deputados votaram favoráveis. Aprovado.”**

**ITEM 26 - 1ª Discussão do Projeto de Lei nº 777/11, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 058/11, que autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação ao município de Quêdos do Iguaçu, do imóvel Lote nº 12 da Quadra nº 42. Com pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Fiscalização e Assuntos Municipais e Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação. Em discussão. Em votação. Trinta e seis Srs. Deputados votaram favoráveis e um contrário. Aprovado.”**

**DEPUTADO ADEMAR TRAIANO (PSDB) (Pela Ordem) (Sem revisão do orador):** “Estamos praticando, a partir de segunda-feira, com 10 Sessões Ordinárias, no máximo, até o período em que devemos encerrar o período legislativo. Gostaria de sugerir a V. Exa. que convocasse os líderes na segunda ou terça-feira para que pudessemos discutir o encaminhamento da pauta, porque temos muitas mensagens governamentais que já estão aqui e outras que vão chegar até segunda-feira. Portanto, o tempo corre contra os prazos e precisamos fazer essa reunião para que pudessemos, dentro dessas Sessões Ordinárias, estabelecer a pauta e podermos votar todos os projetos de lei de iniciativa dos Srs. Deputados, tais como também as mensagens governamentais. Em essa sugestão que gostaria de dar para que pudessemos, até os dias 14, 15, 16, no tempo em que encerra o período, votar todas as mensagens que estão tramitando nesta Casa.”

**SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rossoni - PSDB):** “Acato a sugestão de V. Exa. e já marcamos uma reunião de líderes para terça-feira, às 13h, no gabinete da Presidência.”

**DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT) (Sem revisão do orador):** “Para comemorar a todos os Deputados e convidar os para a audiência pública do dia 21, segunda-feira, às 9h, no plenário da Assembleia. O debate é sobre os pedágios no nosso estado. Estudemos com o fim de que debata o pedágio no Estado do Paraná. Fica o convite para a população que queira participar.”

**DEPUTADO NEY LEPREVOST (PSD) (Pela Ordem) (Sem revisão do orador):** “Para convidar os Srs. Deputados e Sras. Deputadas para hoje à tarde comparecerem na Sessão que tradicionalmente é promovida por esta Casa, por solicitação do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná, em comemoração da Bandeira e Proclamação da República. Nesta oportunidade estarão sendo premiados alunos de diversos colégios do Paraná que participaram de um grande concurso de redação sobre o tema Bandeira Nacional, que hoje receberam aqui na Assembleia Legislativa o reconhecimento pela sua dedicação aos estudos. O horário da Sessão é às 15h. Fica o convite a todos os Deputados desta Casa. Obrigado.”

**SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rossoni - PSDB):** “Fica o convite a todos os Deputados.”

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 21, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: 2ª Discussão dos Projetos de Lei nºs 766, 767, 768, 770, 771 e 777/11, 1ª Discussão dos Projetos de Lei nºs 161, 475 e 492/11, Discussão Única do Recurso ao Plenário nº 002/11. Levanta-se a Sessão.”

## Processo Legislativo

### Comissão Executiva

#### DECRETO LEGISLATIVO Nº 003/11

Revoga o Decreto Legislativo 012/92, que institui a Certificação de Representação pelo exercício do cargo de Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do Art. 73 da Constituição Estadual, combinado com o Art. 122 do Regimento Interno, o seguinte Decreto Legislativo:

**Art. 1º** Fica revogado o Decreto Legislativo nº 012, de 23 de dezembro de 1992, que institui a Certificação de Representação pelo exercício do cargo de Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

**Art. 2º** Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Dezanove de Dezembro, em 17 de novembro de 2011.

**VALDIR ROSSONI**  
Presidente

200902011

#### RESOLUÇÃO Nº 015/11

Aprova a prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados, previstas na Resolução nº 003/2004, com as modificações contidas na Resolução nº 003/2009, referente ao mês de setembro de 2011.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 73 da Constituição Estadual combinado com o artigo 122 do Regimento Interno, a seguinte Resolução:

**Art. 1º** Fica aprovada a prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados, previstas na Resolução nº 003/2004, com as modificações contidas na Resolução nº 003/2009, referente ao mês de setembro de 2011.

**Art. 2º** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Dezanove de Dezembro, em 16 de novembro de 2011.

**Deputado VALDIR ROSSONI**  
Presidente

**Deputado PLAU TO MHRÓ GUIMARÃES FILHO**  
1º Secretário

**Deputado RENI PEREIRA**  
2º Secretário

20140211

### Comissões Especiais

Comissão Especial de Reforma da Constituição  
Extra da Atm - 1ª Reunião Ordinária - 17ª Legislatura

Sessão do dia 08 de novembro de 2011.

**Deputados Presentes:** Antonio Ambelli Neto, Pedro Lapion, Péricles de Mello e Rose Lito.

**1 - PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 84/11 - PROPOSIÇÃO Nº 05/11**

**Autor:** Deputado Professor Lemos

**Súmula:** Altera o Art. 173 e a denominação do Capítulo VIII da Constituição Estadual do Paraná e acrescenta-lhe artigos, no que especifica.

**Relator:** Deputado Péricles de Mello.

**Parâmetros:** Favorável sem emendas - Aprovado



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

**Espelho do Projeto**

---

<b>Tipo</b>	<b>Numero</b>	<b>Ano</b>	
Proposição	5	2011	
<b>Leis</b>			
<b>Autor(es)</b>			
PROFESSOR LEMOS			
<b>Entrada</b>	<b>Prazo</b>	<b>Assunto</b>	<b>Protocolo</b>
23/02/2011		CONSTITUIÇÃO	04005 / 11
<b>Numero D.O. ALEP</b>	<b>Data D.O. ALEP</b>	<b>Regime de Urgência</b>	<b>Anexo</b>
0		NÃO	NÃO

**Palavra Chave**

FAMÍLIA, MULHER, CRIANÇA, ADOLESCENTE, JOVEM, IDOSO, ART. 173, CAPÍTULO VIII, PEC 4, PEC Nº 4

**Sumula**

ALTERA O ART. 173 E A DENOMINAÇÃO DO CAPÍTULO VIII DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL DO PARANÁ E ACRESCENTA-LHE ARTIGOS, NO QUE ESPECIFICA (FAMÍLIA, MULHER, CRIANÇA, ADOLESCENTE, JOVEM, IDOSO) - "AUTUADA COMO PROPOSIÇÃO Nº 5/11 - RENUMERADA COMO PEC Nº 04/11"

**Anotações**

AUTUADA COMO PROPOSIÇÃO Nº 5/11 - RENUMERADA COMO PEC Nº 04/11.

**Tramites**

<b>Entrada Tramite</b>	<b>Parecer Tipo</b>	<b>Oficio Relator</b>
23/02/11 COMISSÃO DE REFORMA DA CONSTITUIÇÃO	08/11/11 Favorável	PERICLES DE MELLO
21/11/11 DAP - DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA AO PLENÁRIO	Aguardando Votação	





ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

## COMISSÃO DE REDAÇÃO

### Redação Final ao Projeto de Lei nº 582/11

Institui a semana destinada à instrução dos alunos do Ensino Fundamental e do Ensino Médio para combate a pedofilia na *internet*.

**Art. 1º** Fica instituída a semana destinada à instrução dos alunos do Ensino Fundamental e do Ensino Médio sobre os cuidados e precauções que devem ser tomados para combater a pedofilia na *internet*.

**Art. 2º** A Secretaria da Educação poderá trabalhar em conjunto com a Secretaria de Estado da Segurança Pública, bem como com outros órgãos que possam prestar auxílio necessário em termos de informações sobre o tema.

**Art. 3º** A semana disposta no art. 1º será realizada nos horários que não coincidam com as atividades curriculares normais.

**§ 1º** Caberá à direção dos estabelecimentos de ensino convidar os pais ou responsáveis pelos alunos a participarem da semana de prevenção à pedofilia na *internet*.

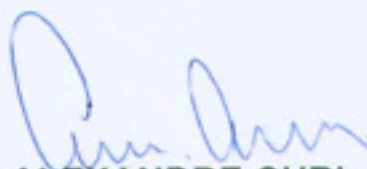
**§ 2º** A critério do estabelecimento de ensino, poderão ser oferecidas, alternativamente, aulas e palestras aos sábados.

**Art. 4º** O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados a partir de sua publicação.



**Art. 5º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

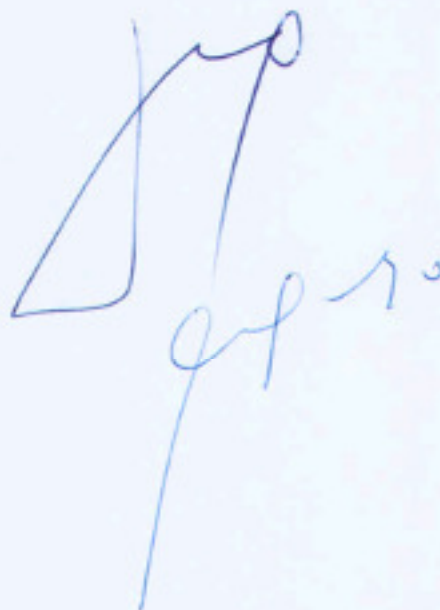
Sala das Comissões, 19 de março de 2012.



**ALEXANDRE CURI**  
**PRESIDENTE**



**RELATOR**







ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

## COMISSÃO DE REDAÇÃO

### Redação Final ao Projeto de Lei nº 602/11

Altera dispositivos da Lei nº 15.563, de 04/07/2007, que dispõe sobre a implantação de programas de conscientização sobre a importância da redução de consumo, reutilização e reciclagem dos materiais utilizados em órgãos da Administração Pública.

**Art. 1º** Fica alterada a Lei nº 15.563, de 04 de julho de 2007, que dispõe sobre a implantação de programas de conscientização sobre a importância da redução de consumo, reutilização e reciclagem dos materiais utilizados em órgãos da Administração Pública, que passará a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Os órgãos da Administração Pública Estadual Direta, Indireta, Autárquica e Fundacional dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, deverão promover, para seus funcionários, programas de conscientização sobre a importância da redução de consumo, reutilização e reciclagem dos materiais utilizados em seus departamentos, sobretudo de papel, observada a disponibilidade existente no mercado de materiais de expediente confeccionados em papel reciclado ou com certificação florestal FSC (*Forest Stewardship Council*).

§ 1º Como material de expediente de uso diário, entende-se: envelopes, cartões, formulários, blocos, rascunhos, notas, recibos, papeis timbrados, publicações, processos, boletins, embalagens e outros de uso similares.

*Concedido no  
18 seguinte*

*→*  
*\$*



§ 2º Dentre os programas de que trata o *caput* do art. 1º, poderá ser adotado gradativamente pelos três poderes, a coleta seletiva dos materiais ali gerados".

**Art. 2º** Para os efeitos do disposto nesta Lei, entende-se como papel reciclado aquele que possui em sua composição pelo menos 50% (cinquenta por cento) de material obtido a partir do reaproveitamento de papel usado.

**Parágrafo único.** A certificação florestal FSC (*Forest Stewardship Council*), promovida pelo Conselho Brasileiro de Manejo Florestal, serve para identificar os produtos originados de florestas manejadas de forma responsável.

**Art. 3º** Fica facultado ao Executivo, Legislativo e Judiciário, a adoção de processo de progressão com percentuais de 25% (vinte e cinco por cento) ao ano na substituição do uso de papel não clorado dos materiais de expediente tratados no §1º do art. 1º, ficando abolida a utilização de papel clareado a cloro no prazo máximo de 04 (quatro) anos no âmbito dos Poderes.


**Parágrafo único.** O Poder Executivo poderá adotar gradativamente, nas proporções e prazos estabelecidos no *caput* deste artigo, a adoção do papel reciclado nos materiais escolares entregues às escolas da Rede Pública de Ensino.

**Art. 4º** Na margem de todos os materiais de expediente timbrados, confeccionados com papel reciclado, será impressa a expressão: "Papel reciclado, menor custo ambiental".

**Art. 5º** Fica o Poder Executivo responsável pela regulamentação da presente Lei.

**Art. 6º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 19 de março de 2012.



ALEXANDRE CURI  
PRESIDENTE



RELATOR





ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

## COMISSÃO DE REDAÇÃO

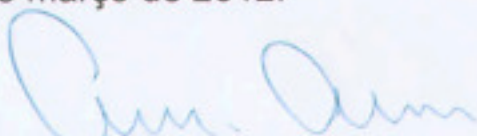
### Redação Final ao Projeto de Resolução nº 002/12

Aprova a prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados, mês de dezembro de 2011. Resoluções 003/2004 e 003/2009.

**Art. 1º** Fica aprovada a prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados, previstas na Resolução nº 003/2004, com as modificações contidas na Resolução nº 003/2009, referente ao mês de dezembro de 2011.

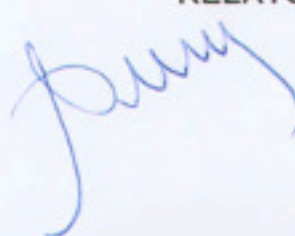
**Art. 2º** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 19 de março de 2012.

  
**ALEXANDRE CURI**  
PRESIDENTE

  
**RELATOR**











**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
**Gabinete do Deputado Elton Welter (PT)**

**LIDO NO EXPEDIENTE**  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 07 JUN. 2011

*Ruy*  
**1º Secretário**

**PROJETO DE LEI Nº 479/11**

**D. L.**

**Fls. 02**

**EMENTA:** Dispõe sobre a proibição de cobrança de despesas por emissão de carnê ou boleto bancário, e dá outras providências.

**A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte Lei:**

**Art. 1º** Fica proibida a cobrança de despesas por emissão de carnê ou boleto bancário no Estado do Paraná.

**Art. 2º** A proibição de que trata esta Lei aplica-se a todos os fornecedores de produtos ou de serviços que emitam carnês ou boletos relativos à cobrança do serviço prestado ou do produto fornecido.

**Parágrafo único.** Fornecedor é toda pessoa física ou jurídica, pública ou privada, nacional ou estrangeira, bem como os entes despersonalizados, que desenvolvem atividade de produção, montagem, criação, construção, transformação, importação, exportação, distribuição ou comercialização de produtos ou prestação de serviços.

**Art. 3º** A Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor – PROCON/PR fiscalizará o cumprimento desta Lei.

**Parágrafo único.** O PROCON/PR contará com o auxílio dos órgãos municipais integrados ao Sistema DPC para o recebimento e processamento de denúncias de cobrança indevida.

**Art. 4º** O descumprimento do disposto nesta Lei sujeita o infrator à multa, nos termos previstos no art. 57 da Lei federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

**Parágrafo único.** Os valores arrecadados com a aplicação de multas reverterão ao Fundo Estadual de Defesa do Consumidor – FECON.

**Art. 5º** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Sala das Sessões, em 6 de junho de 2011.**

*Elton Welter*  
**ELTON WELTER**  
**Deputado Estadual**





## Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

### Gabinete do Deputado Elton Welter (PT)



#### JUSTIFICATIVA:

A Coordenação Geral de Assuntos Jurídicos do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor (DPDC) da Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça examinou, em consulta que gerou a **Nota nº 777 CGAJ/DPDC/2005**, a legalidade do repasse ao consumidor de despesa bancária em fatura. Concluiu aquele órgão, na ocasião, *"que a cobrança das despesas de emissão de boleto bancário ao consumidor viola frontalmente o disposto nos art. 39, inciso V e 51, IV, e § 1º, incisos I, II e III, todos do CDC."* [Grifamos]

A cobrança de despesas pela emissão de boleto bancário ou de carnê de pagamentos configura-se abusiva, enquadrando-se, assim, nas práticas vedadas de modo genérico pelos artigos 39 e 51 da Lei federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

O artigo 24, incisos V e VIII, da Constituição Federal, dispõe que compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre produção e consumo e sobre a responsabilidade, entre outras, por dano ao consumidor. Os §§ 1º e 2º do mesmo artigo 24 informam que, no âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais e que tal competência não exclui a competência suplementar dos Estados.

A Constituição do Estado do Paraná elenca tais atribuições no artigo 13, incisos V e VIII, e também no artigo 145. Em seu artigo 65, a Carta Estadual informa que a iniciativa de leis ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa.

Portanto, do ponto de vista constitucional, a matéria é de natureza legislativa. Quanto à iniciativa, de competência concorrente. Assim, também, o Regimento Interno desta Casa respalda a proposição, por força do disposto no § 1º do artigo 121.

De outra parte, não se pretende conferir atribuição nova à Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor – PROCON/PR, vez que o Chefe do Executivo já o fez nos termos do artigo 23 do Decreto nº 609/91 (Regulamento da Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania) e na legislação subsequente.





## Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

### Gabinete do Deputado Elton Welter (PT)


D. L.

Fls. 09

Os Procons – a exemplo da nossa Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor – são órgãos estaduais e municipais de defesa do consumidor, criados na forma da lei, especificamente para este fim, com competências, no âmbito de sua jurisdição, para exercer as atividades contidas no Código de Defesa do Consumidor e no Decreto nº 2.181/97, visando garantir os direitos dos consumidores. Conformam tais órgãos o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor (SNDC), conjugação de esforços do Estado, nas diversas unidades da Federação e da sociedade civil, para a implementação efetiva dos direitos do consumidor e para o respeito da pessoa humana na relação de consumo.

O objetivo desta proposição é, portanto, evitar que os consumidores sejam excessivamente onerados, vez que, em regra, não têm ciência da cobrança pela emissão de carnê ou de boleto bancário. E o Código de Defesa do Consumidor exige clareza nas cláusulas que limitem o direito do consumidor ou que o onerem excessivamente.

Sala das Sessões, em 6 de junho de 2011.

  
ELTON WELTER  
Deputado Estadual





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 479/11**

Projeto de Lei nº. 479/11

Autor: Deputado Elton Welter.

**Súmula:** Dispõe sobre a proibição de cobrança de despesas por emissão de carnê ou boleto bancário, e dá outras providências.

**EMENTA:** PROIBIÇÃO DA COBRANÇA DE DESPESAS POR EMISSÃO DE CARNÊ OU BOLETO BANCÁRIO. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ARTS. 63 E 65 DA CE. ART. 124 REGIMENTO INTERNO ALEP. LEI 8078 DE SETEMBRO DE 1990. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

**PREÂMBULO**

O Projeto de Lei de autoria do Deputado Elton Welter tem como intuito proibir a cobrança despesas por emissão de carnê ou boleto bancário, e dá outras providências.

**FUNDAMENTAÇÃO**

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

**Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:**

**§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:**

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

O processo legislativo no que se refere à Lei ordinária, que é o caso em tela, está tipificado na **CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ**, em seu artigo 63, inciso III, senão vejamos:

**Art. 63. O processo legislativo compreende a elaboração de:**

**III - leis ordinárias;**

Sobre a iniciativa de Projetos de Lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

**Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu**





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão. (grifos nossos)

Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição do Estado do Paraná, em seu art. 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifos nossos)

Como o Projeto de Lei em questão não está elencado no rol de exclusividade do Governador do Estado, a mesma possui a legalidade necessária para que tenha a sua aprovação.

Com referência a relação de consumo e a sua legalidade, temos a **Lei 8.078 de Setembro de 1990** que criou o **CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR**, em seu artigo 39 a regulamentação sobre cobranças abusivas, senão vejamos:





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



Art. 39. É vedado ao fornecedor de produtos ou serviços, dentre outras práticas abusivas: (Redação dada pela Lei nº 8.884, de 11.6.1994).

V - exigir do consumidor vantagem manifestamente excessiva;

Na mesma Lei, visualizamos no artigo 51 a nulidade das obrigações iníquas, que é o caso em tela, cobrança realizada de forma abusiva, haja vista as empresas que emitem tais carnês ou boletos cobram um percentual mensal para realizar as suas atividades, vejamos:

Art. 51. São nulas de pleno direito, entre outras, as cláusulas contratuais relativas ao fornecimento de produtos e serviços que:

IV - estabeleçam obrigações consideradas iníquas, abusivas, que coloquem o consumidor em desvantagem exagerada, ou sejam incompatíveis com a boa-fé ou a equidade

Diante do exposto, o Projeto sob análise está dentro da constitucionalidade exigida.

No que se refere ao impacto financeiro, devemos observar que o projeto de lei não viola a Lei Complementar Federal nº. 101/00, pois não acarretará aumento de despesa para o Poder Executivo.





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

D. L.  
Fls. 20

Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pela Lei Complementar nº 95/98.

**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 30 de Agosto de 2011.

**DEPUTADO NELSON JUSTUS**

**PRESIDENTE**

  
**DEPUTADO PASTOR EDSON PRACZYK**

**RELATOR**





# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

## COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Presidente: Deputado Paranhos

Vice-Presidente: Deputado Adelino Ribeiro

Membros Titulares: Deputado Cleiton Kleise - Deputado Nereu Moura - Deputado Pedro Lupion,  
Deputada Rose Litro - Deputado Péricles de Holleben Mello

D. L.

Fls. 22

### Parecer aos Projetos de Lei n. 479/2011 e Projeto de Lei n. 557/2011

Com parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, vieram os Projetos para parecer desta Comissão de Defesa do Consumidor:

Com efeito, o Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná assevera que:

**Art. 33-P** Compete à Comissão de Defesa do Consumidor manifestar-se sobre toda e qualquer proposição relacionada à defesa do consumidor, bem como receber, avaliar e investigar denúncias relativas à violação dos direitos do consumidor.

Neste sentido, propõem os Deputados Estaduais Elton Welter e Leonaldo Paranhos a obrigatoriedade legal de que "Fica proibida a cobrança de despesas e taxas por emissão de carnê ou boleto bancário no Estado do Paraná e dá outras providência".

Assim, esta Comissão está de acordo com a justificativa apresentada pelos Deputados proponentes de que é vedada a cobrança de qualquer valor que não esteja diretamente vinculado ao serviço ou produto oferecido, tendo, inclusive, o Banco Central do Brasil emitido Carta-circular, em que expressa a ilegalidade de tal cobrança, "verbis":

CARTA-CIRCULAR Nº 3.349, DE 31 DE OUTUBRO DE 2008:

Esclarece acerca das disposições das Resoluções nºs 3.516 e 3.518 e da





# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

## COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Presidente: Deputado Paranhos

Vice-Presidente: Deputado Adelino Ribeiro

Membros Titulares: Deputado Cleiton Kleise - Deputado Nereu Moura - Deputado Pedro Lupion,  
Deputada Rose Litro - Deputado Péricles de Holleben Mello



Circular nº 3.371, todas de 2007.

Em face de dúvidas suscitadas por instituições do mercado financeiro relativamente às disposições das Resoluções nºs 3.516 e 3.518 e da Circular nº 3.371, todas de 6 de dezembro de 2007, esclarecemos que:

I – considerando que a Taxa Selic é expressa sob a forma anual, conforme a Circular nº 2.761, de 18 de junho de 1997, a taxa de desconto de que trata a Resolução nº 3.516, de 2007, deve ser apurada na periodicidade anual;

II - a quantidade de cheques mensais gratuitos deve ser considerada para cada conta de depósitos, independentemente do número de titulares;

III - a tarifa de renovação cadastral somente pode ser cobrada quando houver efetiva prestação do serviço, não podendo ser cobrada por simples decurso de prazo;

IV - a quantidade de cartões a ser fornecida aos titulares de conta de depósitos deve estar prevista no contrato firmado entre a instituição e os clientes, vedada a cobrança de tarifa pelo fornecimento de cartões, em face do disposto no art. 2º da Resolução nº 3.518, de 2007;

V - o serviço de cobrança bancária, realizado mediante a utilização de bloquitos/boletos de cobrança, em face do contido na Circular nº 3.255, de 31 de agosto de 2004:

a) é caracterizado como "serviço especial", nos termos do art. 4º da Resolução nº 3.518, de 2007;

b) não se enquadra entre os serviços passíveis de cobrança do sacado,





# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

## COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Presidente: Deputado Paranhos

Vice-Presidente: Deputado Adelino Ribeiro

Membros Titulares: Deputado Cleiton Kielse - Deputado Nereu Moura - Deputado Pedro Lupion,  
Deputada Rose Litro - Deputado Péricles de Holleben Mello

D. L.

Fls. 24

**a título de tarifa ou de ressarcimento de despesas, nos termos da Resolução nº 3.518, de 2007, por caracterizar prestação de serviço ao cedente/sacador;**

VI - na divulgação de pacote de serviços a que se refere o art. 9º, incisos III e IV, da Resolução nº 3.518, de 2007, tendo em vista as disposições dos arts. 6º, § 3º, e 7º da mesma norma, devem ser explicitadas as informações necessárias para a comparação entre o valor do pacote e o somatório dos preços de cada serviço que o compõe, tais como os serviços pelos quais não são cobradas tarifas, ou cuja cobrança é vedada, o total de eventos admitido por serviço e a quantidade de eventos gratuitos.

AMARO LUIZ DE OLIVEIRA GOMES

Chefe.

**-grifo nosso-**

Por sua vez, o art. 31 do Código de Defesa do Consumidor, ao regular o dever de informar o consumidor, dispõe que: "a oferta e apresentação de produtos ou serviços devem assegurar informações corretas, claras, precisas, ostensivas e em língua portuguesa sobre suas características, qualidades, quantidade, composição, preço, garantia, prazos de validade e origem, entre outros dados, bem como sobre os riscos que apresentam à saúde e segurança dos consumidores".

Contudo, além da cobrança do boleto bancário, outras despesas indevidamente cobradas deveriam ser objeto do presente Projeto de Lei, uma vez que já afastadas inclusive pelo Poder Judiciário, conforme se pode verificar da decisão seguinte, do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná e acompanhada por todos os tribunais pátrios:

Processo: 757277-8 (Acórdão) Relator(a): José Sebastiao Fagundes Cunha  
Órgão Julgador: 18ª Câmara Cível Comarca: Cornélio Procópio Data do Julgamento:  
20/07/2011 Fonte/Data da Publicação: DJ: 389 08/08/2011





# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

## COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Presidente: Deputado Paranhos

Vice-Presidente: Deputado Adelino Ribeiro

Membros Titulares: Deputado Cleiton Kielse - Deputado Nereu Moura - Deputado Pedro Lupion,  
Deputada Rose Litro - Deputado Péricles de Holleben Mello



### Ementa

DECISÃO: ACORDAM os integrantes da 18ª Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, Desembargadores OBERTO DE VICENTE - Presidente sem voto, JOSÉ SEBASTIÃO FAGUNDES CUNHA - Relator, IVANISE MARIA TRATZ MARTINS - Revisora e Sérgio Rolanski - Vogal, a unanimidade de Votos, em CONHECER o Recurso de Apelação Cível e, no mérito em NEGAR PROVIMENTO, de acordo com o Voto e os fundamentos do Relator, conforme consta na Ata de Julgamento. EMENTA: EMENTA RECURSO APELAÇÃO CÍVEL. FINANCIAMENTO BANCÁRIO. REVISÃO DE CONTRATO QUITADO. POSSIBILIDADE. DECADENCIA. NÃO OCORRENCIA. COMISSÃO DE PERMANÊNCIA. INADMISSIBILIDADE DE INCIDÊNCIA CUMULATIVA COM QUAISQUER OUTROS ENCARGOS. COBRANÇA DE TAC E TEC. ILEGALIDADE. REPETIÇÃO EM DOBRO DO INDÉBITO. APLICABILIDADE DO ARTIGO 42 DO CDC. 1. Nos contratos de financiamento, por força da suspensão da eficácia do art. 5º e § 1º da medida provisória 2.170-36/2001, promovida pelo Supremo Tribunal Federal, em sede liminar, na ADIN 2.316-DF (situação equivalente à ausência de lei específica) incide a súmula n.º 121 do STF, que veda a capitalização de juros, lida, obviamente, à luz do Código Civil de 2002, por ser mais recente, o qual permite apenas a capitalização anual no seu art. 591, desde que expressamente pactuada, incidindo, em caso contrário, na forma simples. **2. As taxas de abertura de crédito (TAC), de emissão de carnê (TEC) e outras taxas como serviços de terceiro e registro de contrato são indevidas, eis que beneficiam exclusivamente a instituição financeira configurando flagrante violação aos princípios da transparência e da boa-fé previstos no CDC. Precedentes do STJ.** 3. A repetição do indébito de valores cobrados indevidamente há de ser feita em dobro, conforme previsão do artigo 42 do CDC. RECURSO DE APELAÇÃO CONHECIDO E, NO MÉRITO, NÃO PROVIDO. – grifo nosso

Assim, é o parecer **FAVORÁVEL** à aprovação dos Projetos de Lei 479/2011 e 557/2011, com a apresentação de Emenda, em anexo, vindo, inclusive, a unificar os





# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

## COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Presidente: Deputado Paranhos

Vice-Presidente: Deputado Adelino Ribeiro

Membros Titulares: Deputado Cleiton Kielse - Deputado Nereu Moura - Deputado Pedro Lupion  
Deputada Rose Litro - Deputado Péricles de Holleben Mello



Projetos de Lei.

Sala das Comissões, em 09/11 de 2011.

DEPUTADO ADELINO RIBEIRO

Presidente

DEPUTADA ROSE LITRO

Relatora





# ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



## COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

### EMENDA AOS PROJETOS DE LEI No.479/2011 e 557/2011

**AUTORES:** Deputados Elton Welter e Leonaldo Paranhos

ART 1º - Fica proibida a cobrança de valor extra por produto ou serviço bancário, que não aquela inerente ao próprio produto ou serviço, tais como emissão de carnê ou boleto bancário, abertura de crédito, aprovação de cadastro, serviços de terceiros e registro de contrato.

ART 2º - O descumprimento do disposto nesta Lei sujeitará o infrator às seguintes sanções:

I – Advertência escrita;

II – Multa de R\$ 5.000,00 (cinco mil Reais) por ato; e

III – Cassação da Inscrição Estadual.

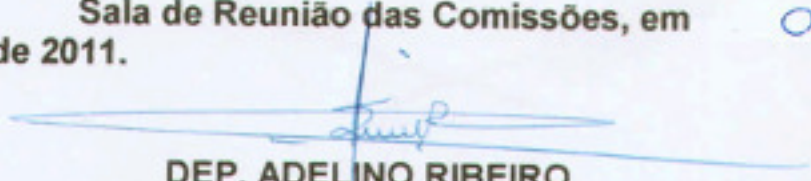
ART 3º. – A fiscalização da medida será feita pelos órgãos estaduais de proteção e defesa do consumidor, de acordo com as normas do Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal n. 8.078/90).


Parágrafo único – Os valores arrecadados com a aplicação de multas oriundas do descumprimento desta Lei serão revertidas ao Fundo Estadual de Defesa do Consumidor – FECON.

ART 4º. – Essa Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala de Reunião das Comissões, em  
de 2011.

09/11

  
DEP. ADELINO RIBEIRO  
Presidente

  
DEP. ROSE "LITRO"  
Relatora





**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
**Deputado André Bueno**



**COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO**

**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 479/11 e Nº 557/11**

**PROJETOS DE LEI Nº 479/11 e Nº 557/11**

**AUTORES: DEPUTADO ELTON WELTER**  
**DEPUTADO PARANHOS**

**SÚMULA**

Dispõe sobre a proibição de cobrança de despesas por emissão de carnê ou boleto bancário, e dá outras providências.


**JUSTIFICATIVA**



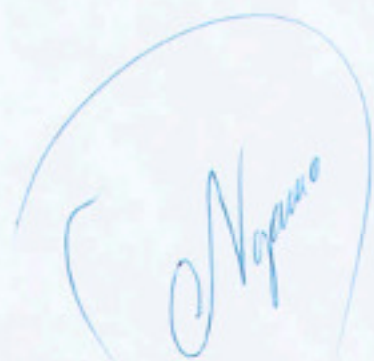
Finalidade de evitar abusos excessivos aos consumidores, vez que, em regra, não tem ciência do seu direito.

## CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pelo PARECER FAVORÁVEL presente projeto de Lei.

  
DEPUTADO ANDRÉ BUENO  
PRESIDENTE COMISSÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO

  
DEPUTADO DUILIO GENARI  
RELATOR











**ANÁLISE À EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 479/11**

**Projeto de Lei nº 479/11**

**Autor da emenda: Comissão de Defesa do Consumidor - Deputada Rose Litro.**

**Súmula:** Dispõe sobre a proibição de cobrança de despesas por emissão de carne ou boleto bancário, e dá outras providências.

**EMENTA: EMENDA SUBSTITUTIVA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. POSSIBILIDADE. ARTS. 29, 33, 137 E 141 REGIMENTO INTERNO ALEP. CONSTITUCIONAL. ANÁLISE PRÉVIA PELA APROVAÇÃO.**

**PREÂMBULO**

O Projeto de Lei em análise, de autoria do Deputado Elton Welter tem como objetivo dispor sobre a proibição de cobrança de despesas por emissão de carnê ou boleto bancário, e dá outras providências, sendo que recebeu meu parecer favorável na Comissão de Constituição e Justiça.

Ocorre que, recebeu Emenda Substitutiva da Comissão de Defesa do Consumidor, de autoria da Deputada Rose Litro. Por esta razão é que a referida Emenda submete-se agora, a análise de constitucionalidade por esta Comissão.





## **FUNDAMENTAÇÃO**

De início, cumpre esclarecer que compete a esta Comissão de Constituição e Justiça a análise inicial de verificação quanto à legalidade e constitucionalidade da emenda em tela, com a devida verificação de legitimidade e técnica legislativa, conforme tutela o Regimento Interno desta Assembleia Legislativa:

**Art. 33 - Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:**

**§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:**

**I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.**

Desta forma, evidencia-se que a Comissão de Constituição e Justiça não adentra no mérito da matéria em questão.

Destarte, as Comissões Permanentes tem competência para apresentar emendas, nos termos do artigo 29, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

**Art. 29. A Assembleia, depois de eleita a Mesa, organizará as comissões permanentes, dentro de quinze dias.**

**§ 1º Às comissões permanentes, na respectiva área de atuação, compete entre outras:**

**III - apresentar substitutivos, emendas e subemendas. (grifos nossos)**





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



Além disso, o Regimento Interno desta Casa de Leis estabelece as oportunidades em que podem ser emendadas as proposições:

**Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:**

**I - ao iniciar a discussão, desde que apoiadas por cinco Deputados;**

**II - nas comissões, pelos respectivos relatores, por qualquer membro da Comissão ou ainda por qualquer Deputado, conforme o disposto no artigo 51, §3º deste Regimento.** (grifo nosso)

Portanto, verifica-se que foi respeitado o inciso II do artigo 141 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, tendo em vista que a presente emenda substitutiva foi proposta pelo relator na Comissão de Defesa do Consumidor.

O Regimento Interno, em seu art. 137, caput, prevê a possibilidade em se oferecer emendas ao projeto de lei apresentado, classificando-se como substitutiva, vide §2º deste mesmo artigo, aquela proposição apresentada como sucedânea de outra.

**Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.**

**§ 2º Emenda substitutiva é a proposição apresentada como sucedânea de outra. Denomina-se substitutivo quando abrange o seu conjunto.**

(grifo nosso).





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



Assim, verifica-se que a presente emenda está perfeitamente coerente com os ditames constitucionais não encontrando nenhum empecilho para prosperar.

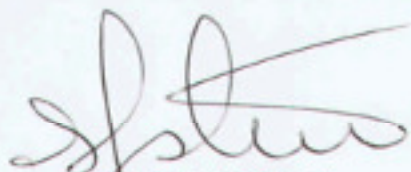
Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pela **LEI COMPLEMENTAR N° 95/98**.

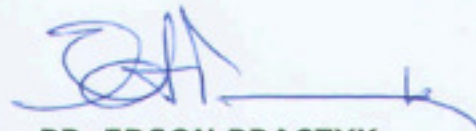
**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** da presente Emenda Substitutiva proposta pela Comissão de Defesa do Consumidor de autoria da Deputada Rose Litro, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em dezembro de 2011.

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

  
**NELSON JUSTUS**  
**PRESIDENTE**

  
**PR. EDSON PRACZYK**  
**RELATOR**





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Gabinete Deputada Marla Tureck

EMENDA  
DE PLENÁRIO

DAP 08.02.12  
h3

D.L.  
Fls. 44  
01

### Emenda Aditiva Aos Projetos de Lei 479/2011 e 557/2011

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, 3º do Regimento Interno dessa Augusta Casa de Leis, apresenta-se a presente Emenda Aditiva, para acrescer com a seguinte redação:

**“Art. 3º.** Todos os itens relacionados no art.1º da presente lei deverão fazer constar em seus instrumentos remissão a esta lei com o seguinte texto: “ É proibida a cobrança de valor extra na emissão de carnê ou boleto bancário, abertura de crédito, aprovação de cadastro, serviços de terceiros e registro de contrato – Lei nº xxxx/xx .”

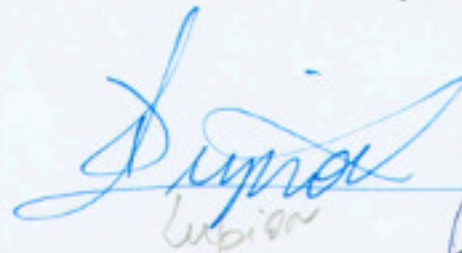
Considerando a emenda apresentada, o art. 3º e adiantes passarão a vigorar acrescidos de uma casa, do modo que o art. 3º passa a vigorar como art. 4º e assim em diante.

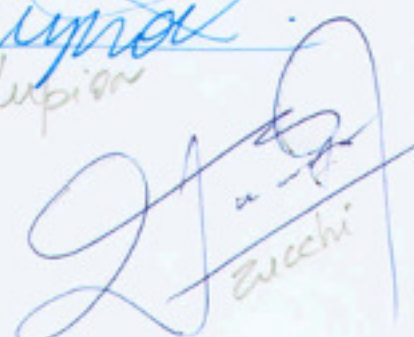
Sala das Sessões, 07 de fevereiro de 2012.

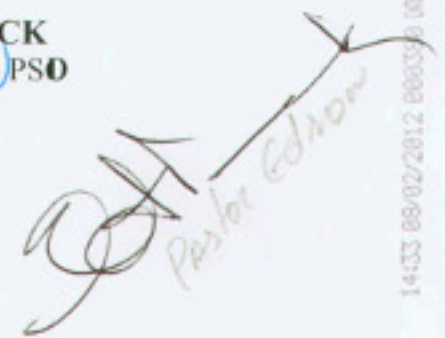
  
**MARLA TURECK**  
Deputada Estadual - PSD

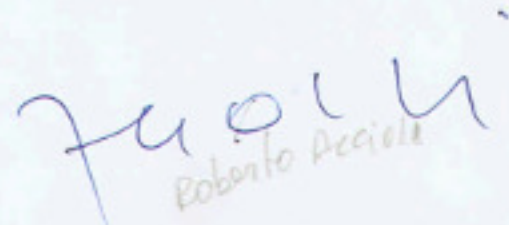
  
Gilson

  
Gilberto

  
Lupion

  
Zucchi

  
Pastor Edison

  
Roberto Acciolo





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

*Gabinete Deputada Marla Tureck*



**JUSTIFICATIVA**

Tal propositura visa aprimorar o projeto de lei em tela, propiciando uma efetividade maior a norma ora discutida, de forma a evidenciar tal dispositivo legal, fazendo constar nos instrumentos atingidos pela lei texto explicito aos consumidores destes serviços para que tenham conhecimento de tal direito e autonomia para questionar e fiscalizar a eficácia deste.

Diante do exposto, solicito o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente projeto de lei nesta augusta Casa de Leis.





# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
Liderança do Governo




## EMENDA ADITIVA AO PROJETO DE LEI Nº 479/2011

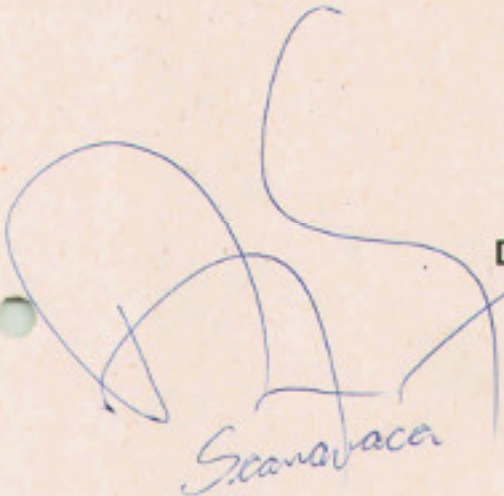
DAP  
08.02.2012  
P

Conforme prevê o art. 137, do Regimento Interno desta Casa de Leis, apresentamos a presente emenda aditiva ao Projeto de Lei 479/11, de autoria do Deputado Elton Welter, acrescentando o presente art. 5º e renumerando o art. 5º como art. 6º, conforme redação a seguir:

**"Art. 5º** Todo consumidor que comprovadamente tenha pago a despesa de cobrança de emissão de carnê ou boleto bancário tem direito à repetição do indébito, por valor igual ao dobro do que pagou em excesso, acrescido de correção monetária e juros legais, sem prejuízos de eventuais perdas e danos."

Sala das Sessões, 08 de fevereiro de 2012.

  
Deputado Ademair Traiano  
Líder do Governo

  
JUSTIFICATIVA

A presente emenda visa dar ainda mais tutela ao consumidor. Seguindo a política de reforçar a proteção aos consumidores paranaenses, é de se entender que a prática da cobrança de taxa para emissão de boleto bancário é abusiva e ilegal, uma vez que os custos do credor (isto é, aquele que contrata o serviço da instituição financeira ou de cobrança e vai receber o crédito) não podem ser transferidos ao consumidor.

15428 08/02/2012 09:03:58 MP ASSINATURA LEGISLATIVA DO PARANÁ

  
Accorsi  
  
Buler





**ANÁLISE DAS EMENDAS DE PLENÁRIO 01 E 02 APRESENTADAS AO**  
**PROJETO DE LEI Nº 479/11**

**Projeto de Lei nº. 479/11**

**Autor do Projeto de Lei: Deputado Elton Welter.**

**Autores das Emendas: Deputada Marla Tureck (Emenda nº 01) e**  
**Deputado Ademar Traiano (Emenda nº 02).**

**Súmula:** Dispõe sobre a proibição de cobrança de despesas por emissão de carnê ou boleto bancário, e dá outras providências.

**EMENTA: EMENDA 01. ARTS. 33, 137 E 141, DO REGIMENTO INTERNO. PROCEDIBILIDADE. ART. 7º, II DA LEI COMPLEMENTAR 95/98. MATÉRIA PARCIALMENTE ESTRANHA AO OBJETO DO PROJETO DE LEI. SUBEMENDA PARA SUA RETIRADA. ANÁLISE PRÉVIA PELA APROVAÇÃO NA FORMA DA SUBEMENDA EM ANEXO. EMENDA 02. ARTS. 33, 137 E 141, DO REGIMENTO INTERNO. PROCEDIBILIDADE. ART. 11 LC 95/98. LEGALIDADE. ANÁLISE PRÉVIA PELA APROVAÇÃO NA FORMA DA SUBEMENDA EM ANEXO (DE CONFORMIDADE AO PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 42 DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR.**





*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PREÂMBULO**

As presentes emendas de plenário ao Projeto de Lei, de autoria a primeira da nobre Deputada Marla Tureck e a segunda do Deputado Ademar Traiano, objetivam acrescentar artigos ao Projeto de Lei 479/2011.

**FUNDAMENTAÇÃO**

**I – Emenda de Plenário 01.**

Inicialmente, a Emenda Aditiva de Plenário 01, de autoria da nobre Deputada Marla Tureck, visa alterar o artigo 3º, com a remuneração dos artigos subseqüentes, neste Projeto de Lei sob nº 493/2011.

Primeiramente, cumpre verificar se a apresentação da presente Emenda encontra respaldo no Regimento Interno

Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:

I – ao iniciar a discussão, desde que apoiadas por cinco Deputados;

Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

§ 4º Emenda aditiva é a proposição que se acrescenta à outra.





*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



Da Emenda Aditiva apresentada pela Deputado Marla Tureck (ainda não numerada no presente Projeto de Lei pela Diretoria Legislativa), infere-se que foi apoiada por mais de cinco Deputados.

Assim, encontra-se coerente ao procedimento preconizado no Regimento Interno para sua procedibilidade.

Verificada seus requisitos regimentais, cumpre esclarecer que compete a esta Comissão de Constituição e Justiça ainda a análise quanto à legalidade e constitucionalidade da Emenda Aditiva, com a verificação de legitimidade e técnica legislativa, conforme tutela o Regimento Interno desta Assembleia Legislativa:

Art. 33 – A. Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Dispôs referida emenda que o projeto em debate passaria a contar com o seguinte artigo 3º:

“Art. 3º. Todos os itens relacionados no art. 1º da presente lei deverão fazer constar em seus instrumentos a remissão a esta lei com o seguinte texto: ‘É proibida a cobrança de valor extra na emissão de carnê ou boleto bancário, abertura de crédito, aprovação de cadastro, serviços de terceiros e registro de contrato – Lei nº \_\_\_\_/\_\_\_\_’”.





*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



Com o devido respeito, e no que tange ao disposto sobre "abertura de crédito, aprovação de cadastro, serviços de terceiros e registro de contrato" a emenda extrapola o preconizado no presente projeto, eis que seu artigo 1º estabelece:

"Art. 1º Fica proibida a cobrança de despesas por emissão de carnê ou boleto bancário no Estado do Paraná."

Assim, tem-se que a Emenda apresentada fere o previsto no artigo 7º, II da Lei Complementar 95/1998:

Art. 7º O primeiro artigo do texto indicará o objeto da lei e o respectivo âmbito de aplicação, observados os seguintes princípios:

- I - excetuadas as codificações, cada lei tratará de um único objeto;
- II - a lei não conterá matéria estranha a seu objeto ou a este não vinculada por afinidade, pertinência ou conexão;
- III - o âmbito de aplicação da lei será estabelecido de forma tão específica quanto o possibilite o conhecimento técnico ou científico da área respectiva;
- IV - o mesmo assunto não poderá ser disciplinado por mais de uma lei, exceto quando a subsequente se destine a complementar lei considerada básica, vinculando-se a esta por remissão expressa.

Portanto, embora o presente projeto se restrinja "a vedar a cobrança na emissão de carnê ou boleto bancário no Estado do Paraná", a nobre Deputada menciona em sua Emenda Aditiva "abertura





*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



de crédito, aprovação de cadastro, serviços de terceiros e registro de contrato", o que torna tais temas estranhos ao presente projeto.

Ainda, veja-se que os valores referentes à abertura de crédito, bem como "aprovação de cadastro" se referem a serviços bancários, e sua regulamentação cabe ao Conselho Monetário Nacional e ao Banco Central, não tendo competência os Estados para regulamentar a matéria.

Com relação ao "registro de contrato", trata-se de serviço notarial, a ser realizado em Cartório de Títulos e Documentos, regulamentado por Lei Federal própria (Lei 10.169/2000, que regula o § 2º do art. 236 da Constituição Federal, e estabelece normas gerais para a fixação de emolumentos relativos aos atos praticados pelos serviços notariais e de registro) e Leis Estaduais regulamentando valores.

Destarte, verifica-se que a Emenda Aditiva nº 01 apresentada, encontra-se, por ora, eivada de ilegalidade, e em desconformidade quanto à técnica legislativa, ferindo o art. 7º, II, da Lei Complementar Federal nº 95/98.

Desta forma, propõe-se, amparado pelo artigo 29, III c/c artigo 138, ambos do Regimento Interno desta casa a subemenda em anexo para alterar a redação da Emenda proposta a fim de evitar a inclusão de matéria estranha ao projeto – ferindo o art. 7º da LC 95/98, e retirar as expressões que tangem à "abertura de crédito, aprovação de cadastro, serviços de terceiros e registro de contrato".

Ainda, em vista do contido no art. 10, II da Lei Complementar 95/98 e diante do conteúdo da Emenda Aditiva ter expressa relação ao que tange o art. 1º, sugere-se na Subemenda que seja inserido parágrafo único no art. 1º para constar a mensagem referente





*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



a esta lei, sobre a proibição da cobrança extra para expedição de boletos e carnês bancários.

A análise prévia, assim, corrigidos os óbices quanto à técnica legislativa – disciplinada pela Lei Complementar Federal nº 95/98, é favorável à Emenda Aditiva na forma da Subemenda em anexo, com a retirada do conteúdo estranho ao presente projeto e sua disposição como parágrafo único do art. 1º.

**II – Emenda de Plenário 02.**

Conforme argumentação utilizada para análise da Emenda de Plenário 01, respaldada no Regimento Interno desta Casa Legislativa, com especial referência aos artigos 33-A, I, 141, I e 137, § 4º, verifica-se que foi proposta no início da 2ª Discussão em Plenário, em data de 08 de fevereiro, e apoiada por mais de cinco Deputados, estando coerente ao procedimento preconizado no Regimento Interno para sua procedibilidade.

Quanto à sua constitucionalidade e legalidade, conforme cumpre a esta Comissão de Constituição e Justiça analisar (Artigo 33-A, I, do Regimento Interno), tem-se que na forma como redigida, encontra desamparo na anterioridade da Lei (Art. 6º, da Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro), eis que dá a entender que mesmo consumidores que tenham sido cobrados por emissão de carnês ou boletos bancários antes da sua entrada em vigor teriam direito à devolução do respectivo valor em dobro, senão veja-se a redação proposta:





*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



"Art. 5º Todo consumidor que comprovadamente tenha pago a despesa de cobrança de emissão de carnê ou boleto bancário tem direito à repetição do indébito, por valor igual ao dobro do que pagou em excesso, acrescido de correção monetária e juros legais, sem prejuízos de eventuais perdas e danos."

Desta forma, e para evitar interpretação equivocada e, ainda amparado pelo artigo 11 da Lei Complementar 95/98, é que se propõe na forma da subemenda em anexo, dar ao sugerido artigo 5º da Emenda Aditiva nº 02 a mesma redação já existente no parágrafo único do artigo 42 do Código de Defesa do Consumidor:

Art. 42. Na cobrança de débitos, o consumidor inadimplente não será exposto a ridículo, nem será submetido a qualquer tipo de constrangimento ou ameaça. Parágrafo único. O consumidor cobrado em quantia indevida tem direito à repetição do indébito, por valor igual ao dobro do que pagou em excesso, acrescido de correção monetária e juros legais, salvo hipótese de engano justificável.

Desta forma, propõe-se, amparado pelo artigo 29, III c/c artigo 138, ambos do Regimento Interno desta casa a subemenda em anexo para alterar a redação da Emenda proposta a fim de evitar interpretação que esbarre na irretroatividade da lei, que é princípio geral de direito, eis que a lei não incide sobre fatos ocorridos antes da sua vigência.





**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
Comissão de Constituição e Justiça

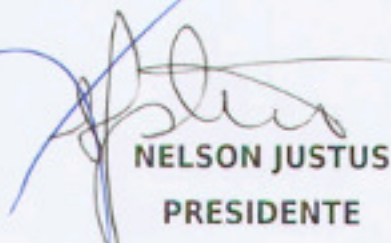


Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pela Lei Complementar nº 95/98.

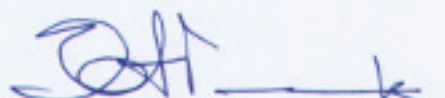
**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** das Emendas de Plenário 01 e 02, ambas na forma das subemendas anexadas.

Sala das Comissões, de fevereiro de 2012.



**NELSON JUSTUS**  
**PRESIDENTE**



**PR. EDSON PRACZYK**  
**RELATOR**







*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



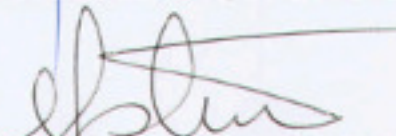
**Subemenda a Emenda de Plenário nº 01.**

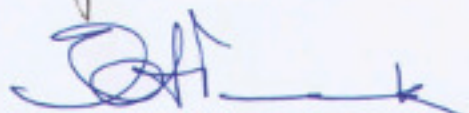
Amparado pelo artigo 29, III c/c artigo 138, ambos do Regimento Interno, apresenta-se a presente Subemenda para dar a seguinte redação ao Art. 3º da Emenda de Plenário nº 01, apresentada em 07 de fevereiro de 2012, ao Presente Projeto de Lei (PL nº 479/2011):

**"Art. 1º (...)**

**Parágrafo único.** Os documentos relacionados no caput deverão fazer constar em seus instrumentos o seguinte texto com remissão a presente Lei: 'É proibida a cobrança de valor extra na emissão de carnê ou boleto bancário – Lei Estadual nº \_\_\_\_/\_\_\_\_.'"

Sala das Comissões, 28 de fevereiro de 2012.

  
**Deputado NELSON JUSTUS**  
**Presidente**

  
**Deputado PASTOR EDSON PRACZYK**  
**Relator**





*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**Subemenda a Emenda de Plenário nº 02.**

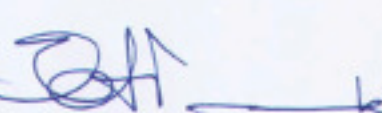
Amparado pelo artigo 29, III c/c artigo 138, ambos do Regimento Interno, apresenta-se a presente Subemenda para dar a seguinte redação ao Art. 5º da Emenda de Plenário nº 02 apresentada ao Presente Projeto de Lei (PL nº 479/2011), com a devida renumeração do art. 5º como art. 6º:

**"Art. 5º** O consumidor cobrado em quantia indevida tem direito à repetição do indébito, por valor igual ao dobro do que pagou em excesso, acrescido de correção monetária e juros legais, salvo hipótese de engano justificável."

Sala das Comissões, 28 de fevereiro de 2012.

  
**Deputado NELSON JUSTUS**

Presidente

  
**Deputado PASTOR EDSON PRACZYK**

Relator





# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

GABINETE DO DEPUTADO ESTADUAL PARANHOS

D. L.

Fls.

## PROJETO DE LEI N.º 620/11

LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 09 AGO. 2011

1º Secretário

**SÚMULA:** Institui o “Dia Estadual da Festa do Morango” a ser comemorado, anualmente, no dia 11 de agosto.

**Art. 1º** Fica instituído, no Calendário Oficial do Estado do Paraná, o “Dia Estadual da Festa do Morango”, a ser comemorado, anualmente, no dia 11 de agosto.

**Art. 2º** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 09 de agosto de 2011.

  
**Deputado PARANHOS**





### JUSTIFICATIVA

A Festa do Morango e a Feira de Artesanato e Indústria promovida pela Associação dos Moradores do Jardim Maria Luiza, tem como objetivo promover a divulgação e a venda de produtos à base de morangos, e do artesanato local, e indústrias de pequeno porte incentivando a geração de negócios, para os produtores, doceiras e artesãos da cidade de Cascavel e região.

A origem desta festa foi porque nos terrenos e áreas dos arredores do bairro havia muitas plantações de morangos e no bairro havia muitas doceiras e então a presidente da Associação de Moradores da época, Marli Decker Cargnin, junto com a diretoria tomou a iniciativa de criar a festa juntando produtores de morangos e doceiras.

Desde a primeira edição da Festa do Morango e da Feira do Artesanato (1998), a Associação de Moradores vem obtendo o apoio da comunidade crescendo e tornando-se um doce evento na cidade de Cascavel. Desde o ano de 2004 é um evento permanente que faz parte do Calendário de Eventos do Município de Cascavel.

A cada ano que passa o número de visitantes vem aumentando, sendo que em 2002 recebeu um público de 10 mil pessoas e em 2003 superou as expectativas, atraindo mais de 15 mil visitantes.

Este aumento gradativo de público fez com que a Associação dos Moradores do Jardim Maria Luiza fosse em busca de um espaço mais adequado para a realização da festa para outro espaço no Centro De Convenções e Eventos de Cascavel que possuísse uma estrutura mais adequada para comportar e atender com qualidade as pessoas que visitam a festa.

Diante do exposto acima e diante dos benefícios advindos com a realização da festa do morango que enaltece toda a região oeste do nosso estado, nada mais justo que inserirmos no calendário oficial do Paraná, a tradicional Festa do Morango de Cascavel, solicitando o apoio dos nobres pares desta Casa de Leis.





*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER AO PROJETO DE LEI 620/11**

Projeto de Lei nº 620/11  
Autor: Deputado Paranhos

**Súmula:** Institui o "Dia Estadual da Festa do Morango".

**EMENTA:** INSTITUI O "DIA ESTADUAL DA FESTA DO MORANGO" A SER COMEMORADO, ANUALMENTE NO DIA 11 DE AGOSTO, NO MUNICÍPIO DE CASCAVEL. APROVAÇÃO. ANÁLISE FAVORÁVEL, NOS TERMOS DA EMENDA ADITIVA EM ANEXO.

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Paranhos, objetiva inserir no Calendário Turístico Oficial do Estado do Paraná, o Dia Estadual da Festa do Morango que é realizada anualmente no dia 11 de agosto, no Município de Cascavel e sua região.

**FUNDAMENTAÇÃO**

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

**Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:**

**§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:**





*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

A CONSTITUIÇÃO FEDERAL dispõe, em seu artigo 24, X, que é de competência da União, Estados e Municípios legislar concorrentemente sobre cultura, sendo, ainda, conforme estabelece o artigo 215, caput, de incumbência do Estado garantir, o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional a todos os seus cidadãos, buscando, de mesmo modo, o apoio e incentivo à valorização e difusão das manifestações culturais, senão vejamos:

Art. 24, caput, CF/88. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

IX – educação, cultura, ensino e desporto.

(...)

Art. 215, caput, CF/88. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

Conforme estabelece a CONSTITUIÇÃO ESTADUAL, em seu artigo 190, caput, a cultura é de direito de todos e deve ser estimulada, valorizada, defendida e preservada pelos Poderes Públicos, Estaduais e Municipais, senão vejamos:





*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

D. L.  
Fls. 12

Art. 190. A cultura, direito de todos e manifestação da espiritualidade humana, deve ser estimulada, valorizada, defendida e preservada pelos Poderes Públicos, estadual e municipal, com a participação de todos os segmentos sociais, visando a realização dos valores essenciais da pessoa.

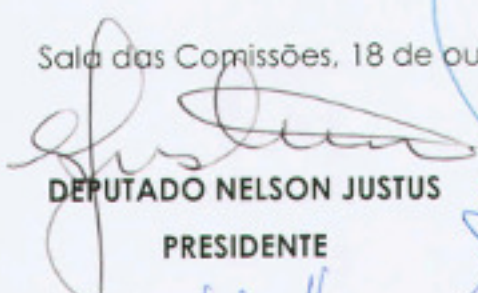
No entanto o nobre parlamentar, não havia incluído o nome do Município onde a referida festa é realizada, sendo, portanto este feito inserido ao projeto mediante emenda aditiva, tornado o projeto **constitucional**.


Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pela **LEI COMPLEMENTAR Nº 95/98**.

**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei.

Sala das Comissões, 18 de outubro de 2011.

  
**DEPUTADO NELSON JUSTUS**  
**PRESIDENTE**

  
**DEPUTADO NEREU MOURA**  
**RELATOR**





*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

D. L.

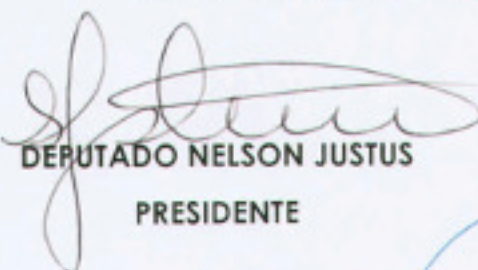
Fls. 13

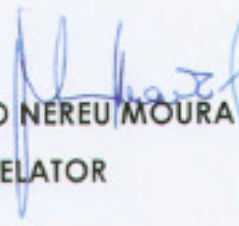
**EMENDA ADITIVA AO PROJETO DE LEI Nº 620/2011**

De acordo com o que determina o artigo 137, §3º do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, inclui-se no art. 1º do Projeto de Lei nº 620/11 a contar com a seguinte redação:

**Art.1º.** Fica instituído, no Calendário Oficial do Estado do Paraná, o "Dia Estadual da Festa do Morango", a ser comemorado anualmente, no dia 11 de agosto, no Município de Cascavel e sua região.

Sala das Comissões, 18 de outubro de 2011.

  
**DEPUTADO NELSON JUSTUS**  
**PRESIDENTE**

  
**DEPUTADO NEREU MOURA**  
**RELATOR**





**PARECER DA COMISSÃO DE CULTURA AO PROJETO DE LEI Nº 620/2011**

**SÚMULA:** *Institui o Dia Estadual da Festa do Morango a ser comemorado, anualmente, no dia 11 de agosto.*

**I – SÍNTESE**

Trata-se de Projeto de Lei de autoria do Deputado Paranhos, com o fim de inserir no Calendário Oficial do Estado do Paraná a Festa do Morango, com a sua comemoração anual no dia 11 de agosto.

A Comissão de Constituição e Justiça, seguindo parecer emitido pelo seu Relator, Pastor Nereu Moura, aprovou o presente Projeto de Lei, motivo pelo qual ocorreu o seu envio a esta Comissão de Cultura, para análise da questão.

**II – FUNDAMENTAÇÃO**

Pois bem, segundo estabelece o art. 33-R do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, cabe à Comissão de Cultura a análise de proposições que versem sobre desenvolvimento cultural, arqueológico, artístico e ao patrimônio histórico.

Portanto, a competência desta Comissão para a análise do projeto é evidente, na medida em que o mesmo versa sobre a inserção no Calendário Oficial do Estado do Paraná de uma festa para a comemoração de uma fruta que faz





parte da história cultural de comunidades agricultoras de nosso Estado. Como bem pontuou o autor do projeto, em sua justificativa: *"A origem desta festa foi porque nos terrenos e áreas dos arredores do bairro havia muitas plantações de morangos e no bairro havia muitas doceiras e então a presidente da Associação de Moradores da época, Marli Decker Cargnin, junto com a diretoria tomou a iniciativa de criar a festa juntando produtores de morangos e doceiras."*

Por isso, considerando que o Projeto não contém qualquer vício de competência e iniciativa, merece ser aprovado. Isso porque no que diz respeito aos aspectos culturais, a instituição no calendário oficial do Estado do Paraná de festas que tenham origem no processo histórico-cultural de determinadas localidades, como é o caso desta festa, criada pela Associação de Moradores para comemorar o patrimônio material e imaterial da história desta fruta na localidade.

Relembre-se, por oportuno, que a manifestação das diversas culturas existentes nas diferentes localidades brasileiras, em muito contribui para o aperfeiçoamento e a concretização dos mandamentos constitucionais estabelecidos pelo Constituinte Originário de 1988.

Portanto, para além de adequado constitucionalmente, cabe destacar que o Projeto colabora com a materialização do final do dispositivo contido no art. 215<sup>1</sup> da Constituição Federal, que estabelece como dever do Estado o apoio e o incentivo das diversas manifestações culturais.

### III – CONCLUSÃO

<sup>1</sup> Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.





# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

D. L.  
Fls. 17

Pelo exposto, opina-se pela aprovação deste Projeto de Lei, ante a ausência de vícios e o atendimento de todos os preceitos constitucionais e legais afetos à matéria.

Sala das Comissões, 28 de novembro de 2011.

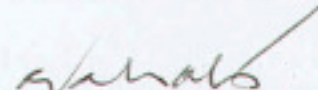
  
DEPUTADO PÉRICLES DE HOLLEBEN MELLO  
PRESIDENTE

  
DEPUTADO CAIO QUINTANA  
RELATOR

  
DEPUTADO RASCA RODRIGUES  
MEMBRO DA COMISSÃO

DEPUTADO NELSON JUSTUS  
MEMBRO DA COMISSÃO

  
DEPUTADA MARLA TURECK  
MEMBRO DA COMISSÃO

  
DEPUTADO TERUO KATO  
MEMBRO DA COMISSÃO

  
DEPUTADO BERNARDO CARLI  
MEMBRO DA COMISSÃO





**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 620/2011**

**Projeto de Lei nº. 620/2011**

**Autor: Deputado Leonaldo Paranhos**

**Súmula:** Institui o "Dia Estadual da Festa do Morango", a ser comemorado, anualmente, no dia 11 de agosto.

O presente Projeto de Lei, de autoria do nobre Deputado Leonaldo Paranhos, tem por objetivo inserir no Calendário Oficial do Estado o "Dia Estadual da Festa do Morango", a ser comemorado, anualmente, no dia 11 de agosto.

Tal festa é promovida pela Associação dos Moradores do Jardim Maria Luiza, e visa promover a divulgação e a venda de produtos a base de morangos e do artesanato local, incentivando a geração de oportunidades de negócios para a população.

Começou no ano de 1998, juntamente com a Feira do Artesanato e, desde então, vem recebendo o apoio da comunidade, sendo que no ano de 2004 tornou-se um evento permanente, que faz parte do Calendário de Eventos do Município de Cascavel. A Associação dos Moradores passou a realiza-la no Centro de Convenções e Eventos de Cascavel, que possui um estrutura mais adequada para comportar e atender seus visitantes,

O Projeto recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça no dia 18/10/2011, tendo como relator o Deputado Nereu Moura, e da Comissão de Cultura, no dia





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
**Comissão de Turismo**

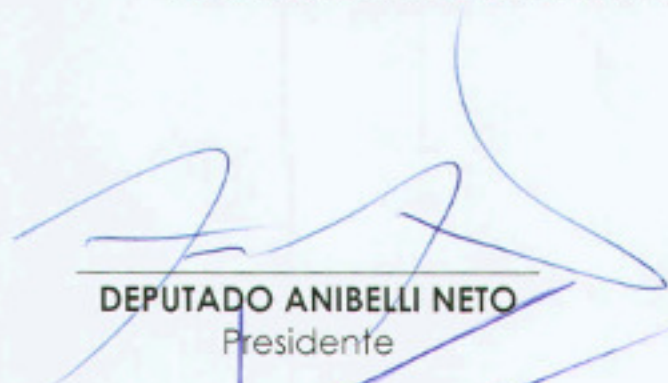
D. L.  
Fls. 20  
C

28/11/2011, tendo como relator o Deputado Caíto Quintana, sendo agora esta Comissão chamada a se manifestar, nos termos do artigo 33-N do Regimento Interno desta Casa.


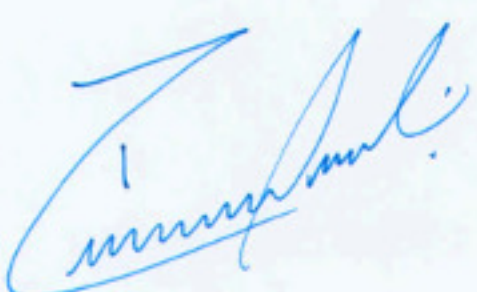
No que se refere ao objeto da análise desta Comissão, não encontramos qualquer óbice que possa impedir o normal prosseguimento do presente projeto nesta Casa, uma vez que não há em nosso Calendário Oficial qualquer data com o mesmo objetivo.

Desta forma, o parecer desta Comissão é **FAVORÁVEL** à continuidade de sua tramitação, razão pela qual somos pela **APROVAÇÃO** do presente projeto.

Sala das Comissões, 06 de março de 2012.

  
DEPUTADO ANIBELLI NETO  
Presidente

  
DEPUTADO NEY LEPREVOST  
Relator

  
  
Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná





**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 620/2011**

**Projeto de Lei nº. 620/2011**

**Autor: Deputado Leonaldo Paranhos**

**Súmula:** Institui o "Dia Estadual da Festa do Morango", a ser comemorado, anualmente, no dia 11 de agosto.

O Projeto de Lei 620/2011, de autoria do Deputado Leonaldo Paranhos, tem por objetivo instituir no Calendário Oficial do Estado o "Dia Estadual da Festa do Morango", comemorado no dia 11 de agosto.

A Festa do Morango é promovida pela Associação dos Moradores do Jardim Maria Luiza, no Município de Cascavel, e visa divulgar e incentivar a venda de produtos que utilizam o morango como matéria prima, além de fomentar o artesanato local e as indústrias de pequeno porte. Consta no Calendário Oficial do Município desde 2004 e conta com um número de participantes que cresce a cada ano, razão pela qual os organizadores alteraram o local de sua realização, que antes se dava na própria Associação de Moradores do Jardim Maria Luiza e passou a ocorrer no Centro de Convenções e Eventos municipal.

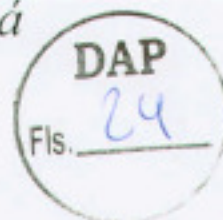
O Projeto foi aprovado com emenda na Comissão de Constituição e Justiça no dia 18/10/2011, tendo como relator o Deputado Nereu Moura, que incluiu no texto original do projeto o Município de Cascavel como sede da referida festa. Além disso, recebeu parecer favorável do Deputado Caíto Quintana, na Comissão de Cultura, em 28/11/2011 e também na Comissão de Turismo, no dia 06/03/2012, tendo como relator o Deputado Ney Leprevost.

*R*






*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
**Comissão de Agricultura**



Ao abordarmos o objeto de análise desta Comissão, constatamos que a Festa a ser incluída em nosso Calendário Oficial movimentará toda a região próxima a Cascavel, trazendo benfeitorias a toda a população e, principalmente, incentivando os produtores de morango, possibilitando a eles um maior escoamento de sua plantação.

Desta forma, não encontramos qualquer óbice que possa impedir o normal prosseguimento do presente projeto nesta Casa, razão pela qual o parecer é **FAVORÁVEL** à continuidade de sua tramitação e somos pela sua **APROVAÇÃO**.

Sala das Comissões, 13 de março de 2012.



**DEPUTADO HERMA'S BRANDÃO JR**  
Presidente



**DEPUTADO ANIBELLI NETO**  
Relator





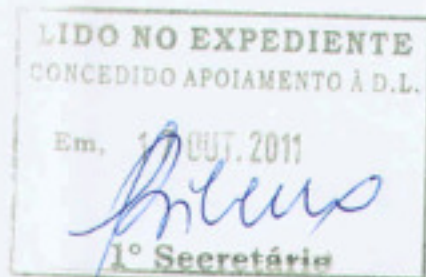
# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury

Gabinete do Deputado Professor Lemos



## PROJETO DE LEI Nº 811/11



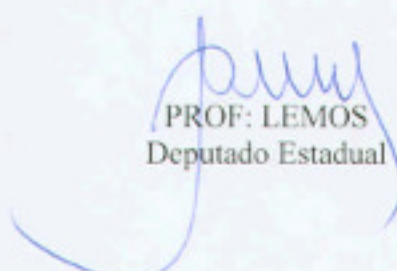
**SÚMULA:** Insere no Calendário Oficial de eventos turísticos e gastronômicos do Estado do Paraná a "Festa da Tilápia Recheada" realizada anualmente no domingo que antecede o aniversário no Município de Iguatu.

DECRETA:

Art. 1º Fica inserido no Calendário Oficial de Eventos Turísticos e Gastronômicos do Estado do Paraná a "Festa da Tilápia Recheada" realizada anualmente no domingo que antecede o aniversário no Município de Iguatu.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sessão do Plenário, 17 de outubro de 2011.

  
PROF. LEMOS  
Deputado Estadual





#### JUSTIFICATIVA

A "Festa da Tilápia Recheada" acontece anualmente em Iguatu, no domingo anterior a data em que se comemora o aniversário do Município de Iguatu (10 de novembro), desta maneira, soma-se as festividades alusivas a data.

A tilápia é recheada com palmito e é considerada o prato típico de Iguatu. O peixe tem como acompanhamento arroz, salada e frango assado. No ano de 2011, a festa acontece em sua 3ª edição que deve servir milhares de munícipes e visitantes.

Pela importância cultural da "Festa da Tilápia Recheada" é que propusemos o Projeto de Lei em tela no sentido de inseri-la no Calendário Oficial de Eventos Turísticos e Gastronômicos do Estado do Paraná.





*Assembléia Legislativa do Estado do  
Paraná*

*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER AO PROJETO DE LEI 811/11**

**Projeto de Lei nº 811/11**

**Autor: Deputado Estadual Professor Lemos**

**Súmula:** Insere no Calendário Turístico Oficial do Estado do Paraná, a "Festa da Tilápia Recheada"

**EMENTA:** INSERÇÃO NO CALENDÁRIO TURÍSTICO OFICIAL DO ESTADO DO PARANÁ, A "FESTA DA TILÁPIA RECHEADA" NO MUNICÍPIO DE IGUATU. COMPETÊNCIA LEGISLATIVA CONCORRENTE DO ESTADO PARA LEGISLAR SOBRE CULTURA E FOMENTA-LA, ARTS. 24, X E 215, CAPUT, INICIATIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, ART 65, CONTITUIÇÃO ESTADUAL. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Professor Lemos, objetiva inserir no Calendário Turístico Oficial do Estado do Paraná, a "Festa da Tilápia Recheada", que se realiza anualmente no domingo anterior a data que se comemora o aniversário do Município, que é comemorado dia 10 de novembro.

**FUNDAMENTAÇÃO**





# *Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*

*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*

*Comissão de Constituição e Justiça*

D. L.  
Fls. 12  
C

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

**Art. 33 - Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:**

**§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:**

I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

A **CONSTITUIÇÃO FEDERAL** dispõe, em seu artigo 24, X, que é de competência da União, Estados e Municípios legislar concorrentemente sobre cultura, sendo, ainda, conforme estabelece o artigo 215, caput, de incumbência do Estado garantir, o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional a todos os seus cidadãos, buscando, de mesmo modo, o apoio e incentivo à valorização e difusão das manifestações culturais, senão vejamos:

**Art. 24, caput, CF/88. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:**

(...)

**IX - educação, cultura, ensino e desporto.**

(...)





# Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça

Art. 215, caput, CF/88. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

D. L.  
Fls. 13  
C

Conforme estabelece a **CONSTITUIÇÃO ESTADUAL**, em seu artigo 190, caput, a cultura é de direito de todos e deve ser estimulada, valorizada, defendida e preservada pelos Poderes Públicos, Estaduais e Municipais, senão vejamos:

Art. 190. A cultura, direito de todos e manifestação da espiritualidade humana, deve ser estimulada, valorizada, defendida e preservada pelos Poderes Públicos, estadual e municipal, com a participação de todos os segmentos sociais, visando a realização dos valores essenciais da pessoa.

A própria Constituição Federal já define o conteúdo do patrimônio cultural brasileiro como os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira; estabelece a obrigatoriedade do poder público, com a colaboração da comunidade, de promover e proteger o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas<sup>1</sup>.

Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pela **LEI COMPLEMENTAR Nº 95/98**.

<sup>1</sup> DE MORAES, Alexandre. *Direito Constitucional*. Ed. Atlas: São Paulo, 2007. 22ª. ed. pg 808.





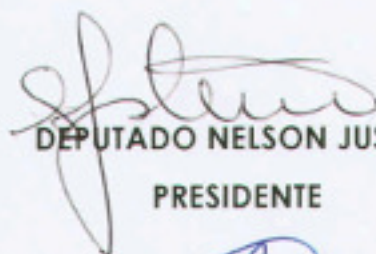
*Assembléia Legislativa do Estado do  
Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

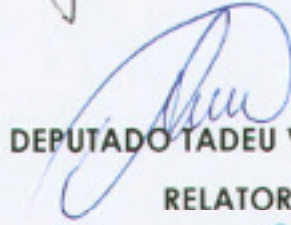


**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO**  
do presente Projeto de Lei.

Sala das Comissões, 07 de dezembro de 2011.

  
**DEPUTADO NELSON JUSTUS**  
**PRESIDENTE**

  
**DEPUTADO TADEU VENERI**  
**RELATOR**







**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 811/2011**

**Projeto de Lei nº. 811/2011**

**Autor: Deputado Professor Lemos**

**Súmula:** Insere no Calendário Oficial de Eventos Turísticos e Gastronômicos do Estado do Paraná a "Festa da Tilápia Recheada", realizada anualmente no domingo que antecede o aniversário do Município de Iguatu.

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Professor Lemos, tem por objetivo inserir no Calendário Oficial do Estado a "Festa da Tilápia Recheada", que se realiza anualmente, no Município de Iguatu.

Tal evento ocorre no domingo que antecede o aniversário do referido Município (10 de novembro), somando-se as festividades alusivas a data. No prato, a tilápia é recheada com palmito e tem como acompanhamento arroz, salada e frango assado.

O Projeto recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça no dia 07/12/2011, tendo como relator o Deputado Tadeu Veneri, sendo agora esta Comissão chamada a se manifestar, nos termos do artigo 33-N do Regimento Interno desta Casa.

No que se refere ao objeto da análise desta Comissão, não encontramos qualquer óbice que possa impedir o normal prosseguimento do presente projeto nesta Casa, uma vez





*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
**Comissão de Turismo**




que não há em nosso Calendário Oficial qualquer data com o mesmo objetivo.

Desta forma, o parecer desta Comissão é **FAVORÁVEL** à continuidade de sua tramitação, razão pela qual somos pela **APROVAÇÃO** do presente projeto.

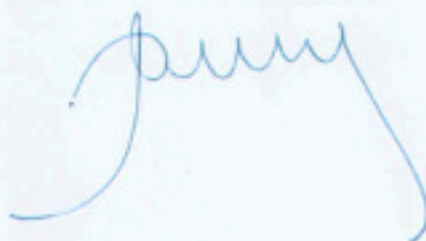
Sala das Comissões, 06 de março de 2012.



**DEPUTADO ANIBELLI NETO**  
Presidente



**DEPUTADO PEDRO LUPION**  
Relator







# ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANA

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury



## PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 811/2011

Projeto de Lei nº 811/11

Autor: Deputado Professor Lemos

**SÚMULA:** Dispõe sobre a inserção no calendário oficial de eventos turísticos e gastronômicos do Estado do Paraná, a "Festa da Tilápia Recheada" realizada anualmente no domingo que antecede o aniversário do Município de Iguatu.

**EMENTA:** INSERÇÃO NO CALENDÁRIO TURÍSTICO OFICIAL DO ESTADO DO PARANA, A "FESTA DA TILÁPIA RECHEADA" NO MUNICÍPIO DE IGUATU. **COMPETÊNCIA LEGISLATIVA CONCORRENTE DO ESTADO PARA LEGISLAR SOBRE CULTURA E FOMENTÁ-LA, ARTS. 24, IX E 215, CAPUT, INICIATIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, ART 65, CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. APROVAÇÃO. MÉRITO. PARECER FAVORÁVEL.**

### PREÂMBULO:

O presente Projeto de Lei de autoria do nobre Deputado Professor Lemos dispõe sobre a inserção no calendário oficial de eventos turísticos e gastronômicos do Estado do Paraná, a "Festa da Tilápia Recheada" realizada anualmente no domingo que antecede o aniversário do Município de Iguatu.

R





# ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



## FUNDAMENTAÇÃO:

Inicialmente, cumpre salientar que é de competência da Comissão de Agricultura manifestar-se sobre todas as proposições relativas a assuntos que envolvam a agricultura propriamente dita, pecuária, caça pesca, flora, fauna, solo, defesa animal, vegetal, irrigação e insumos, conforme estabelece o Art. 33E do Regimento Interno desta Casa de Leis.

***“Art. 33-E Compete à Comissão de Agricultura manifestar-se sobre as proposições relativas à agricultura, pecuária, caça, pesca, flora, fauna e solo; defesa animal e vegetal, irrigação e insumos.***

***- Artigo acrescido pela Resolução no 03 de 27 de abril de 2011, publicada no Diário Oficial da Assembleia, Edição no 34 - 17ª Legislatura, 1ª Seção Legislativa, de 28 de abril de 2011.”***

Dentre os propósitos do Projeto de Lei em questão, estão: a pesca da tilápia, e o incentivo e divulgação a cultura regional, através de prato típico. A Constituição Federal em seu Art. 24 - IX estabelece que é de competência da União Estados e Municípios legislarem concorrentemente sobre: proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico. Em consonância com este está o Art. 215, caput da mesma Carta, que trata da incumbência do Estado na garantia do pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional a todos os seus cidadãos, buscando, de mesmo modo, o apoio e incentivo à valorização e difusão das manifestações culturais. Vejamos:

***“Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre: IX – educação, cultura, ensino e desporto;”***

***“Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.”***

R





# ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Cabe ainda destacar que a Constituição do Estado do Paraná em seu Art. 65, trata que a iniciativa de elaboração das leis complementares e ordinárias, cabe a qualquer membro ou Comissão da Assembleia Legislativa. Vejamos:

*"Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição."*

## CONCLUSÃO

Diante dos fatos expostos no presente parecer opinamos FAVORÁVELMENTE pela aprovação e continuidade da tramitação do referido Projeto de Lei.

É o Parecer.

Sala das comissões, 13 de março de 2012.

**HERMAS JÚNIOR**

Deputado Estadual

Presidente da Comissão de Agricultura

**RASCA RODRIGUES**

Deputado Estadual – PV

Relator